

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf FERNANDO ROSA **BARROSO MAGNO**

**A Força Tarefa de Operações Especiais em Missões de
Paz: proposta de participação de uma FT valor SU no
UNPCRS**



Rio de Janeiro
2020

Maj Inf FERNANDO ROSA **BARROSO MAGNO**

A Força Tarefa de Operações Especiais em Missões de Paz: proposta de participação de uma FT valor SU no UNPCRS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Maj Cav CARLOS EURICO ALENCASTRO TEIXEIRA BRANDÃO

Rio de Janeiro
2020

M198f Magno, Fernando Rosa Barroso
A Força Tarefa de Operações Especiais em Missões de Paz:
proposta de participação de uma FT valor SU no UNPCRS. /
Fernando Rosa Barroso Magno. – 2020.
65 f.: il.; 30 cm.

Orientação: Carlos Eurico Alencastro Teixeira Brandão.
Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.
Bibliografia: f. 50-51.

1. Organização das Nações Unidas. 2. Operações de Paz. 3.
DOPaz. 4. Forças Especiais. 5. Forças de Operações Especiais.
CDD 355.4

Maj Inf FERNANDO ROSA **BARROSO MAGNO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola de Comando e Estado-Maior do
Exército, como requisito parcial para obtenção
de título de Especialista em Ciências Militares.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

Carlos Eurico Alencastro Teixeira Brandão – Maj Cav – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Anderson **Luiz Alves** Figueiredo – Maj Eng – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Cleber Henrique Bernardes Simões – Maj Cav – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A Deus por ter me dado saúde, aos meus pais Aristomendes e Ana Lucia Barroso Magno pela excelente educação e formação, a minha esposa Dayse pelo companheirismo, confiança e elevada fé e a minha amada filha Julinha pela compreensão e força nas horas em que precisei abrir mão do convívio familiar para me dedicar a este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e companheiro de turma da Academia Militar das Agulhas Negras, Maj Cav Brandão, sou grato pela dedicação e paciência durante a elaboração deste trabalho. Sou grato, também, ao meu tio Cláudio que me ajudou na confecção deste trabalho. A ele agradeço a disponibilidade, a experiência transmitida, a orientação firme e objetiva e as pertinentes sugestões que facilitaram a conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a proposta de criação de uma Força Tarefa de Operações Especiais (FT Op Esp), no âmbito do Exército Brasileiro, para cadastramento no Sistema de Prontidão da Organização das Nações Unidas (UNPCRS). Foram base de estudo, as necessidades da Organização das Nações Unidas (ONU), no que diz respeito a tropas de operações especiais, a atual doutrina de emprego das Forças de Operações Especiais (FOpEsp) do Exército Brasileiro (EB) e as lições aprendidas do emprego do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz) na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Os interesses por trás do emprego de FOpEsp em Operações de Manutenção da Paz (OMP) teve início em 2013, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS) aprovou a resolução 2098. Tal resolução além de outras medidas, criou a Brigada de Intervenção e, em sua composição havia uma Companhia de Reconhecimento e Forças Especiais. Isso tudo para melhor adaptar-se à evolução do conflito moderno, que é cada vez mais caracterizado pelo VUCA (volátil, incerto, complexo e ambíguo, sigla em inglês de *volatility, uncertainty, complexity and ambiguity*). No caso do DOPaz, FOpEsp do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (BRABAT) da MINUSTAH, os relatórios e a literatura o descrevem como caso de sucesso de emprego de FOpEsp. Os principais fatores de sucesso do emprego dessa tropa são modularidade, integração, flexibilidade, adaptabilidade, seletividade e a capacidade de operar em toda Área de Operações (A Op) em proveito do maior escalão em presença. Assim, diante de uma necessidade da ONU em tropas de Operações Especiais (Op Esp) e do DOPaz, reconhecidamente, um caso de sucesso de emprego de FOpEsp em OMP, este trabalho apresenta a viabilidade e uma possível organização de uma FT Op Esp para cadastramento no UNPCRS.

Palavras Chave: Organização das Nações Unidas. Operações de Paz. DOPaz. Forças Especiais. Forças de Operações Especiais.

ABSTRAIT

Le présent travail examine la proposition de création d'une Équipe d'Opérations Spéciales, valeur compagnie, dans le cadre de l'armée brésilienne, pour enregistrement dans le Système de Préparation de l'Organisation des Nations Unies. Les besoins des Nations Unies, en ce qui concerne les troupes d'opérations spéciales, la doctrine d'emploi actuelle des Forces d'Opérations Spéciales de l'Armée Brésilienne et les leçons tirées de l'emploi du Détachement de Opérations de la Paix (DOPaz) au sein de la Mission des Nations Unies pour la Stabilisation d'Haïti (MINUSTAH). Les intérêts derrière l'utilisation d'Équipe d'Opérations Spéciales dans les Opérations de Maintien de la Paix (OMP) ont commencé en 2013, lorsque le Conseil de Sécurité des Nations Unies (CS) a adopté la résolution 2098. Cette résolution, en plus d'autres mesures, a créé la Brigade d'intervention et, dans sa composition il y avait une Compagnie de Reconnaissance et de Forces Spéciales. Tout cela pour mieux s'adapter à l'évolution du conflit moderne, de plus en plus caractérisé par VUCA (volatile, incertain, complexe et ambigu, acronyme en anglais pour volatilité, incertitude, complexité et ambiguïté). Dans le cas de DOPaz, Équipe d'Opérations Spéciales du Bataillon Brésilien des Forces de Paix (BRABAT) de la MINUSTAH, les rapports et la littérature le décrivent comme un cas réussi d'emploi à l'Équipe d'Opérations Spéciales. Les principaux facteurs de succès de l'utilisation de cette troupe sont la modularité, l'intégration, la flexibilité, l'adaptabilité, la sélectivité et la capacité à opérer dans toute la Zone d'Opérations au profit du plus haut échelon en présence. Ainsi, étant donné le besoin de l'ONU en troupes d'Opérations Spéciales et le DOPaz, certes, un cas réussi d'utilisation de l'Équipe d'Opérations Spéciales dans OMP, ce travail présente la faisabilité et une éventuelle organisation d'un Équipe d'Opérations Spéciales, valeur compagnie, pour l'enregistrement à l'UNPCRS.

Mots clés: Organisation des Nations Unies. Opérations de Paix. DOPaz. Forces Spéciales. Équipe d'Opérations Spéciales.

LISTA DE ABREVIATURAS

A Op	Área de Operações
BRABAT	Batalhão Brasileiro de Força de Paz
Cap	Capitão
Cb	Cabo
Cçd	Caçador
CCom	Centro de Comunicações
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
Cel	Coronel
Cia F Esp	Companhia de Forças Especiais
Cmdo	Comando
Cmt	Comandante
COpEsp	Comando de Operações Especiais
CS	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DAC	Destacamento de Ações de Comandos
DCC	Destacamento de Coordenação e Controle
DOFEsp	Destacamento Operacional de Forças Especiais
DOMREP	Missão das Nações Unidas na República Dominicana
DOPaz	Destacamento de Operações de Paz
DPKO	Departamento de Operações de Paz
Dst Ap	Destacamento de Apoio
EB	Exército Brasileiro
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
EFD	Estado Final Desejado
EM	Estado-maior
Eqp	Equipe
EUA	Estados Unidos da América
F Esp	Forças Especiais
F Ter	Força Terrestre
FOpEsp	Forças de Operações Especiais
FT	Força Tarefa
FT Op Esp	Força Tarefa de Operações Especiais
Fuz	Fuzileiro
Gp	Grupo
Grad	Graduação
IIGM	2ª Guerra Mundial
Intlg	Inteligência
Log	Logística
Maj	Major
MINUSCA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana
MINUSMA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a

	Estabilização do Mali
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
Of	Oficial
Of Intlg	Oficial de Inteligência
Of Log	Oficial de Logística
Of Op	Oficial de Operações
OMP	Operações de Manutenção de Paz
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
Op	Operação
Op Esp	Operações Especiais
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P	Posto
Pel Inf Mec	Pelotão de Infantaria Mecanizado
RDL	Nível de Desdobramento Rápido
SCmt	Subcomandante
Sd	Soldado
SFGCPC	Célula de Geração de Força Estratégica e Planejamento de Capacidades
Sgt	Sargento
ST	Subtenente
SU	subunidade
TC	Tenente Coronel
Ten	Tenente
TO	Teatro de Operações
TTP	Técnicas, táticas e procedimentos
UNFICYP	Missão das Nações Unidas no Chipre
UNPCRS	Sistema de Prontidão das Nações Unidas
UNSAS	Sistema de Disposições de Espera das Nações Unidas
UNSF	Missão das Nações Unidas na Nova Guiné
UNTSO	Missão das Nações Unidas de Trégua na Criação do Estado de Israel
UNYOM	Missão das Nações Unidas no Yemen
VUCA	Volátil, incerto, complexo e ambíguo

LISTA DE FIGURAS

01	Espectro de atividades de paz e segurança nas OMP tradicionais	23
02	Espectro de atividades de paz e segurança nas OMP multidimensionais	23
03	Número de operações de manutenção da paz das Nações Unidas (1948-2014)	25
04	Pessoal empregado em manutenção da paz das Nações Unidas (1948-2014)	25
05	Organização de uma SU de FOpEsp da ONU (Proposta de manual)	33
06	Operações Especiais e Operações com Emprego de Forças de Operações Especiais	38
07	Organização de uma SU de FOpEsp da ONU (Proposta do trabalho)	48

LISTA DE TABELAS

01	Níveis de prontidão do UNPCRS	26
02	Capacidades Atualmente Cadastradas no Sistema de Prontidão da ONU	28
03	Correlação entre o perfil da ONU para FOpEsp em OMP e as FOpEsp do Brasil	42
04	Distribuição das funções da FT Op Esp	49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA	15
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	OBJETIVO GERAL	15
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.3	HIPÓTESE.....	16
1.4	VARIÁVEIS	16
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	16
1.6	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	AS NAÇÕES UNIDAS	18
2.1.1	OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU	21
2.1.2	SISTEMA DE PRONTIDÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	25
2.1.2.1	FUNCIONAMENTO	27
2.1.2.2	CAPACIDADES SUGERIDAS PARA AS FOpEsp DA ONU	28
2.2	AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	33
2.2.1	AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO EXÉRCITO BRASILEIRO	34
2.2.2	PRINCÍPIOS, CAPACIDADES, TIPOS DE OPERAÇÕES E OUTRAS PECULIARIDADES DAS Op Esp	34
3	DISCUSSÃO	41
3.1	CORRELAÇÃO ENTRE O PERFIL SUGERIDO PELA ONU PARA FOpEsp EM OMP E AS FOpEsp DO BRASIL	41
3.2	RESULTADO DAS PESQUISAS DE CAMPO	43
3.2.1	QUESTIONÁRIO	43
3.2.2	ENTREVISTA	45
4	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS	50
	ANEXOS	52
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO	52
	ANEXO B – ENTREVISTA	54

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, estudiosos definem o ambiente de conflito da seguinte forma: volátil, incerto, complexo e ambíguo (VUCA, sigla em inglês de *volatility, uncertainty, complexity and ambiguity*) onde a atuação do oponente, por vezes agentes não estatais, é capaz de fazer uso da população, de entidades e/ou de recursos humanos do Primeiro, Segundo e Terceiro Setor com intuito de moldar o ambiente visando a obtenção de vantagens em suas ações, nas situações de Guerra ou Não Guerra.

Partindo dessa lógica, paradoxalmente, ao longo dos últimos anos muito se ouve falar da necessidade do emprego de tropa de Operações Especiais (Op Esp) em Operações de Manutenção de Paz (OMP), visando contrapor-se à atuação do oponente que, muitas das vezes, emprega técnicas, táticas e procedimentos (TTP) não ortodoxos.

Em 2013, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS) aprovou a resolução 2098. Tal resolução prorrogou a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Congo (MONUSCO) e, ainda, criou a Brigada de Intervenção; cabe destacar que em sua composição há uma Companhia de Reconhecimento e Forças Especiais.

Incluir uma “Brigada de Intervenção” formada por três batalhões de infantaria, uma unidade de artilharia e uma companhia de reconhecimento e Forças Especiais, com quartel-general em Goma, subordinada diretamente ao Force Commander da MONUSCO com responsabilidade de neutralizar grupos armados [...] e o objetivo de contribuir para a redução das ameaças causadas por grupos armados contra a autoridade do Estado e à segurança de civis no leste da RDC, abrindo espaço para atividades de estabilização (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p. 6, tradução nossa).

Buscando melhor adaptar-se à evolução do conflito moderno, a ONU implementou o *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System* (UNPCRS). O UNPCRS compreende um sistema de prontidão no qual permite às Nações Unidas empregar meios de forma rápida e eficaz. Para tanto, faz-se necessário que o país cadastre os meios e as capacidades disponíveis para emprego contíguo por parte da ONU. Nesse contexto, o Estado participante do UNPCRS deve manter a tropa preparada para o emprego quando solicitado.

Mesmo com o crescente número de tropas e capacidades cadastradas por diversos países, informativos e relatórios emitidos pelas Nações Unidas apontam o aumento na demanda de tropas que garantem flexibilidade de emprego e agregam

capacidades não encontradas em outras tropas, referindo-se às tropas de Op Esp.

No caso do Brasil, Mendonça (2018, p. 62) acusa o emprego do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), como um dos fatores de sucesso do componente militar da MINUSTAH.

Face ao exposto, o emprego de uma fração aos moldes do DOPaz, contudo com constituição mais robusta, com efetivo de uma subunidade (SU), será capaz de atender as crescentes demandas da ONU por tropa de Op Esp para compor UNPCRS, ao mesmo tempo que carrega consigo as lições aprendidas referentes ao emprego de Forças de Operações Especiais por parte do Brasil na MINUSTAH.

1.1 PROBLEMA

No intuito de projetar o Brasil militar e politicamente, aumentando a sua participação em Missões de Paz e, sendo oportuno ao atender uma demanda das Nações Unidas no que tange ao emprego de tropas de Op Esp, levanta-se a questão da participação do Brasil no Sistema de Prontidão da ONU com uma FT Op Esp.

A fim de analisar a proposta da participação de uma FT Op Esp, valor SU, participante do Sistema de Prontidão das Nações Unidas foi elaborado o seguinte problema:

De que forma uma FT Op Esp pode atuar em OMP, empregando diversos especialistas de forma sinérgica, constituindo-se como facilitador do combate, e qual a melhor constituição dessa FT Op Esp?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O presente trabalho terá como objetivo geral propor a constituição da Força Tarefa de Operações Especiais em Missões de Paz, valor SU, no UNPCRS.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Compreender as Missões de Operações de Paz;
- b) Compreender o Sistema de Prontidão das Nações Unidas;

- c) Conhecer as possibilidades das Forças Especiais que se enquadram no cenário em questão;
- d) Construir uma relação entre as principais necessidades em OMP que possam ser supridas por Elementos Forças Especiais; e
- e) Definir a composição da FT Op Esp valor SU participante do Sistema de Prontidão das Nações Unidas.

1.3 HIPÓTESE

A Força Tarefa de Operações Especiais em Missões de Paz, valor SU, participante do Sistema de Prontidão das Nações Unidas, além de suprir algumas necessidades específicas da ONU em Operações de Manutenção da Paz, é capaz de projetar o Brasil militar e politicamente.

1.4 VARIÁVEIS

As variáveis do presente estudo têm por finalidade verificar de que forma a participação de uma FT Op Esp, valor SU, participante do Sistema de Prontidão das Nações Unidas pode potencializar os resultados de uma OMP.

As variáveis independentes serão os problemas encontrados, pelos contingentes em OMP, nos conflitos atuais e a variável dependente será a doutrina militar de emprego de tropas de Operações Especiais.

A medição das variáveis independentes será realizada pelo estudo descritivo de suas características. Já a variável dependente será medida pela influência desses problemas na doutrina de emprego de tropas de Operações Especiais.

Dessa forma, será possível verificar como o emprego de uma FT Op Esp, valor SU, participante do Sistema de Prontidão das Nações Unidas pode potencializar os resultados de uma OMP.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo estará limitado aos problemas encontrados pelos contingentes da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e as lições aprendidas do emprego do DOPaz nessa OMP.

1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esta pesquisa mostra-se relevante para o Exército Brasileiro (EB), pois projeta as Forças Armadas Brasileira internacionalmente apoiando-se no vetor Nações Unidas.

Verifica-se que o estudo está estritamente alinhado com as expectativas do EB, uma vez que o Brasil é declaradamente um país que bem desenvolve as OMP, sendo possuidor de um centro de preparação de reconhecimento internacional - Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Tal fato fica evidente com a atuação do Brasil no Haiti.

A pesquisa visa contribuir com a Doutrina Militar ao tratar-se do emprego das tropas de Op Esp do EB em OMP, possibilitando o aperfeiçoamento da doutrina de emprego de dessas tropas em Missões de Paz sob a égide da ONU.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS NAÇÕES UNIDAS

Criada em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), teve a sua origem, ainda, durante a 2ª Guerra Mundial (IIGM). Em janeiro de 1942 o então Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Franklin Roosevelt reuniu 26 países no compromisso de lutar contra as potências do Eixo durante a IIGM, tal compromisso foi celebrado em torno de um documento chamado: Declaração das Nações Unidas.

A ONU é uma OI com vocação universal, mas que não pretende substituir-se aos Estados nem se transformar num governo mundial. A ONU não é, por isso, uma Organização supranacional, mas sim uma Organização Intergovernamental (os Estados são os membros dos órgãos ou instituições compreendidas), constituída com a finalidade geral da “concertação a nível político, sem prejuízo de prosseguirem uma multiplicidade de fins específicos, normalmente definidos em termos muito amplos” (RIBEIRO, 1998: 95).

O Brasil apresentou-se como um país bastante participativo no processo de constituição da ONU. O fato de ter sido o único país, da América Latina, a enviar tropas para a campanha aliada na Europa lhe proporcionou tal oportunidade. À época, o Estado brasileiro defendeu ativamente a igualdade entre os membros da ONU, esse princípio ainda é muito forte em sua atuação o marcando como Estado moderador e promotor de consensos pacíficos. Segundo Schlesinger, o Brasil poderia ter sido membro permanente no Conselho de Segurança da ONU desde a sua fundação, mas alguns foram os pontos de discordância, principalmente, no aspecto político.

Dentre os pontos de discórdia durante a criação da ONU, havia duas medidas questionadas até hoje: a incorporação do veto e o número de membros permanentes no Conselho de Segurança. (SCHLESINGER, 2003).

Começamos por referir que a ONU é constituída por Estados e a Carta distingue explicitamente entre membros originários e membros admitidos. Segundo as definições do art. 3.º17, os membros originários são os Estados que assinaram e ratificaram a Carta das Nações Unidas depois de terem participado na Conferência de São Francisco, em 1945 (50 Estados) ou que, pelo menos, foram signatários da Declaração de 1942 (47 Estados) (XAVIER, 2007:37).

Ao logo dos anos outros países passaram a fazer parte da ONU, atualmente,

as Nações Unidas contam com 193 Estados membros. A agenda e os diversos órgãos da ONU giram em torno dos principais temas de interesse internacional como por exemplo a pobreza, fome, saúde, educação, igualdade de gênero, água potável, saneamento básico, energia limpa e acessível, trabalho decente, crescimento econômico responsável, desigualdade social, clima global, meio ambiente, paz, justiça entre outros.

A sede das Nações Unidas situa-se na *First Avenue* de Nova Iorque, nos Estados Unidos, embora o terreno e os edifícios sejam considerados território internacional. Tal significa que o terreno não pertence apenas a um país, neste caso aos anfitriões EUA, mas sim a todos os Estados-membros das Nações Unidas. Daí que as bandeiras de todos os membros estejam desfraldadas e dispostas por ordem alfabética, desde o Afeganistão até ao Zimbabué num arco-íris de cor e diversidade. (XAVIER, 2007:49)

Os principais órgãos que garantem o bom funcionamento da ONU são: o Secretariado, Corte Internacional de Justiça, Conselho Económico e Social, Conselho de Segurança e Assembleia Geral. (ONU, 2020).

O Secretariado é responsável por prestar serviço aos outros órgãos das Nações Unidas, administrando os programas e as políticas que elaboram. É chefiado pelo secretário-geral, este é nomeado pela Assembleia Geral. O Secretariado conta com cerca de 16 mil pessoas em todo mundo. As suas principais funções são: administrar as Forças de Paz; analisar os problemas económicos e sociais; preparar relatórios do meio ambiente ou direitos humanos; sensibilizar a opinião pública internacional sobre o trabalho da ONU; organizar conferências internacionais; e traduzir os documentos da ONU nas seis línguas oficiais da organização (inglês, francês, mandarim, espanhol, árabe e russo). (ONU, 2020).

Sediada em Haia na Holanda, a Corte Internacional de Justiça, é o principal órgão judiciário das Nações Unidas. A Corte é composta por 15 juizes eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança. Somente os países que fazem parte do Estatuto da Corte, parte da Carta das Nações Unidas, podem recorrer a ela e solicitar pareceres. (ONU, 2020).

O Conselho Económico e Social (ECOSOC) é o órgão coordenador do trabalho económico e social da ONU, das Agências Especializadas e das demais instituições integrantes do Sistema das Nações Unidas. É por meio do Conselho que são formuladas as recomendações e as atividades relacionadas com o desenvolvimento,

comércio internacional, industrialização, recursos naturais, direitos humanos, condição da mulher, população, ciência e tecnologia, prevenção do crime, bem-estar social e muitas outras questões econômicas e sociais. As suas principais funções são: coordenar o trabalho econômico e social da ONU e das instituições e organismos especializados do Sistema; colaborar com os programas da ONU; desenvolver pesquisas e relatórios sobre questões econômicas e sociais; e promover o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais. (ONU, 2020).

O Conselho de Segurança (CS) é o órgão responsável pela paz e a segurança mundial. O Conselho é formado por quinze membros, sendo cinco permanentes (EUA, Reino Unido, França, Rússia e China), que possuem o direito a veto e, dez membros não-permanentes, eleitos, a cada dois anos, pela Assembleia Geral. O CS é o único órgão da ONU que tem poder decisório, ou seja, seus membros devem aceitar e cumprir as suas decisões. As suas principais funções são: manter a paz e a segurança internacional; determinar a criação, continuação e encerramento das Missões de Paz, de acordo com os Capítulos VI, VII e VIII da Carta; investigar toda situação que possa vir a se transformar em um conflito internacional; recomendar métodos de diálogo entre os países; elaborar planos de regulamentação de armamentos; determinar se existe uma ameaça para a paz; solicitar aos países que apliquem sanções econômicas e outras medidas para impedir ou deter alguma agressão; recomendar o ingresso de novos membros na ONU; e recomendar para a Assembleia Geral a eleição de um novo Secretário-Geral. (ONU, 2020).

A Assembleia Geral da ONU é o principal órgão deliberativo da ONU. É na Assembleia Geral onde todos os 193 membros discutem as questões de interesse internacional. Os principais assuntos em pauta são: paz e segurança, aprovação de novos membros, questões de orçamento, desarmamento, cooperação internacional em todas as áreas e direitos humanos. Diferente das decisões do CS, as resoluções votadas e aprovadas da Assembleia Geral funcionam como recomendações e não são obrigatórias. As suas principais funções são: discutir e fazer recomendações sobre todos os assuntos em pauta na ONU; discutir questões ligadas a conflitos militares – com exceção daqueles na pauta do Conselho de Segurança; discutir formas e meios para melhorar as condições de vida das crianças, dos jovens e das mulheres; discutir assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e direitos humanos; decidir as contribuições dos Estados-Membros e como estas contribuições devem ser gastas e; eleger os novos Secretários-Gerais da

Organização. (ONU, 2020).

É nesse contexto que a ONU exerce o relevante papel na harmonização das relações internacionais nos dias atuais. Tal fato deixa à mostra o conceito de Keohane e Nye (2014) da Interdependência Complexa. Segundo esses autores, as relações entre os Estados são reguladas por organismos internacionais. Assim, países priorizam em suas interações o emprego do poder na dimensão *Soft Power* em detrimento ao uso do *Hard Power*, que prega o uso da força e da coerção.

A Carta das Nações Unidas confirma a afirmativa acima, pois preconiza a via pacífica para a solução de animosidades. Nos casos em que o diálogo não for suficiente para evitar o conflito, seja ele interno ou externo, a ONU lança mão de diversas ferramentas a fim proporcionar soluções para os antagonismos apresentados. Essas ferramentas agem diretamente nos campos do Poder Nacional (político, econômico, militar, psicossocial e científico-tecnológico), podendo atingir um campo apenas ou mais de um, no entanto pelo fato dos Poder Nacional ser uno e indivisível, a atuação, mesmo que em apenas um campo, atinge todo o Poder Nacional daquele Estado. As ferramentas que mais se destacam são: sanções econômicas, isolamento diplomático ou intervenções militares.

No contexto das intervenções militares, as Operações de Manutenção da Paz ganham relevância, pois além de ser o foco do estudo em tela, é também, segundo Faganello, reconhecidamente pela comunidade internacional como instrumento eficiente na promoção da paz e suspensão das hostilidades. Assim, o emprego dos “capacetes azuis” têm sido uma importante alternativa para a prevenção, restauração e manutenção da paz.

2.1.1 OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU

Segundo Andersen e Engedal, para melhor entender as operações de paz deve-se compreender que a ONU não detém o monopólio das Missões de Paz, nem tão pouco são ações que carregam os três princípios fundamentais das OMP da ONU – consenso entre as partes envolvidas, imparcialidade e uso mínimo da força, exceto em legítima defesa ou do mandato. Uma ampla e crescente gama de atores está ativamente engajada em operações de paz, e muitos desses atores estão deliberadamente trabalhando para fortalecer sua capacidade de conduzir tais missões no futuro. Isto inclui, principalmente, organizações regionais e sub-regionais como a

OTAN, a União Africana, a União Europeia e a CEDEAO e a SADC. Também inclui estados individuais como EUA, França e Austrália, que de certa forma estão autorizados pelo Conselho de Segurança a liderar uma intervenção militar em um país estrangeiro, inclusive, como forma de ilustração, pode-se citar a atuação da França e da ONU como uma missão híbrida no Mali. Nesse contexto, a França liderou uma ação ofensiva (Operação Serval) ao lado de uma operação liderada pela ONU (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali – MINUSMA).

A ONU não detém o monopólio das operações de paz multidimensionais. Uma ampla e crescente gama de atores está ativamente engajada em operações de paz multidimensionais, e muitos deles estão deliberadamente trabalhando para fortalecer sua capacidade de conduzir tais missões no futuro. (ANDERSEN E ENGEDAL, 2013:13).

Andersen e Engedal separam as OMP da ONU em duas fases distintas, sendo a segunda uma evolução da primeira. Esta são as OMP tradicionais e aquelas são as multidimensionais. No tempo elas estão definidas no período da Guerra Fria e no período pós-Guerra Fria. Para uma melhor compreensão dessas fases, cabe apresentar alguns conceitos:

- Pacificação, que inclui a mediação e outros esforços diplomáticos com o objetivo de levar as partes hostis a acordo.

- Manutenção da paz, que incluiu o destacamento de pessoal militar e/ou policial para supervisionar a implementação de um acordo ou trégua (muitas vezes alcançado através de esforços de paz).

- Construção da paz, sendo definido como uma ação de um dos lados do conflito, com o objetivo de identificar e apoiar estruturas que pudessem impedir a recorrência da violência.

- Aplicação da paz, sendo definido como o emprego de uma série de medidas coercitivas, incluindo o uso de força militar, para restaurar a paz e a segurança.

Assim sendo, a ONU desenvolveu um processo político para resolução de conflitos chamado de Espectro de atividades de paz e segurança.



Figura 1. Espectro de atividades de paz e segurança nas OMP tradicionais
Fonte: autor

Cabe ressaltar que esse modelo foi bem-sucedido na fase das operações de paz tradicionais, e que a partir da década de 1990 serviu como uma ferramenta heurística útil apenas para entender como as Operações de Paz se processam. Isto porque nas operações multidimensionais a fronteira entre essas quatro ferramentas são transcendidas entre si, isso se deve, principalmente, pelo fato da erosão gradual na divisão entre as dimensões militar e civil dos conflitos.

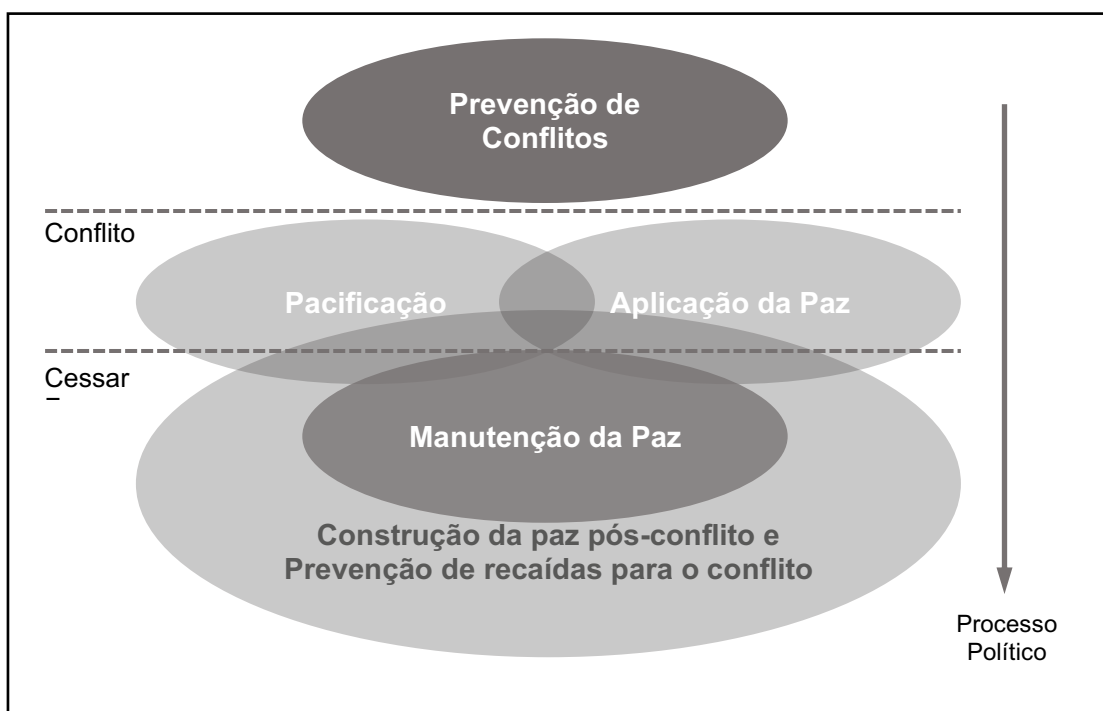


Figura 2. Espectro de atividades de paz e segurança nas OMP multidimensionais
Fonte: DPKO 2008 (tradução nossa)

Andersen e Engedal defendem que as operações tradicionais de manutenção da paz das Nações Unidas eram empregadas para controlar um determinado conflito, criando uma base para solução e implementação da paz duradoura. Estas missões possuíam basicamente o componente militar e, geralmente, cumpriam tarefas como observação e monitoramento de áreas desmilitarizadas, fiscalização de cessar-fogo, investigação de violações e interposição de tropas para garantir o fim das hostilidades, com a finalidade de assegurar que nenhuma das partes envolvidas buscará vantagem militar durante o cessar-fogo. Tais operações não realizavam esforços na dimensão política dos conflitos para a solução das contendas, sendo estes esforços realizados por enviados especiais ou outras organizações internacionais. Nesse viés, foram estabelecidas inúmeras missões tradicionais ao longo da segunda metade do século XX, sendo a primeira delas o destacamento de observadores militares para monitorar a trégua entre judeus e árabes durante a criação do Estado de Israel (UNTSO). Foram, ainda, instituídas OMP na República Dominicana (DOMREP), na Nova Guiné (UNSF), no Yemem (UNYOM), no Chipre (UNFICYP), no Oriente Médio (UNEF II) e no Líbano (UNIFIL). No início da década de 1960, foi desdobrada a operação de manutenção da paz no Congo (ONUC), configurando a primeira missão de paz de larga escala, onde foram empregados cerca de 20 mil soldados.

Ao longo do desencadeamento dessas operações, foi identificado que os resultados se apresentavam de forma muito limitados. Estudos apontam para o emprego isolado do componente militar como principal motivo dessa limitação.

Isto posto, a partir do final da década de 1980, o contexto estratégico para a manutenção da paz das Nações Unidas mudou drasticamente e o CS começou a trabalhar mais ativamente para a resolução dos conflitos. Assim, esse período, teve um expressivo aumento das operações de manutenção da paz e da segurança internacional sob a tutela das Nações Unidas. Seguindo esta mesma trajetória os componentes ficaram mais robustos, agregaram setores civis, passaram a atuar de forma híbrida, tudo isso para conquista de uma base segura capaz de solucionar os conflitos proporcionar a paz duradora.

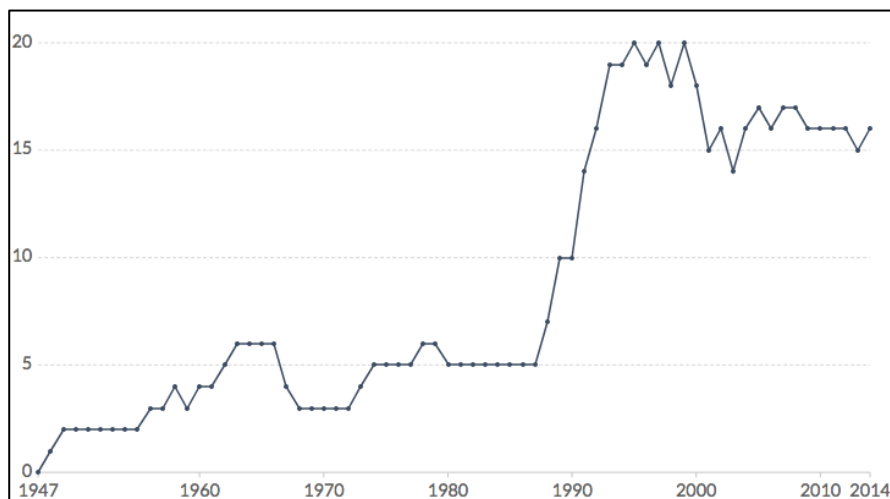


Figura 3. Número de operações de manutenção da paz das Nações Unidas (1948-2014)
Fonte: Our World in Data

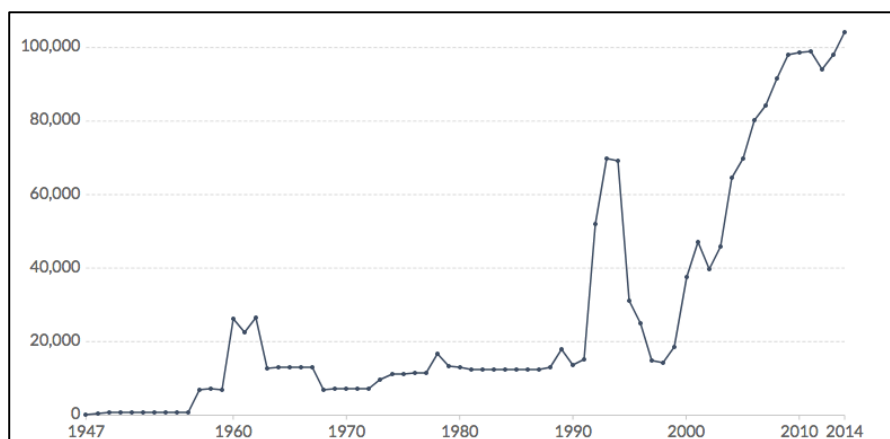


Figura 4. Pessoal empregado em manutenção da paz das Nações Unidas (1948-2014)
Fonte: Our World in Data

Assim, enquanto que nas Operações de Paz tradicionais era empregado basicamente o componente militar, com observadores militares para monitorar tratados de paz, tréguas ou supervisionar cessar-fogo e mais tarde passando a intervir em guerras civis e desastres humanitários, nas operações multidimensionais eram exigido um componente mais robusto e, que lhe é permitido fazer o uso da força não só em legítima defesa, mas também, em defesa do mandato.

2.1.2 SISTEMA DE PRONTIDÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

O *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System (UNPCRS)* é o atual sistema das Nações Unidas para o cadastramento de tropa para o emprego em

OMP. O UNPCRS veio para substituir o antigo sistema utilizado: *United Nations Standby Arrangement System (UNSAS)*.

Buscando melhor adaptar-se à evolução do conflito moderno, a ONU implementou o *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System (UNPCRS)*. (DPKO. *Peacekeeping Capability Readiness System, Guidelines*, 2019, p. 3, tradução nossa).

O UNPCRS em setembro 2015 substituiu o UNSAS, esse sistema é gerenciado e pela *Strategic Force Generation and Capability Planning Cell (SFGCPC)*. O sistema é baseado na web e hospedado no <https://pcrs.un.org>. (DPKO. *Peacekeeping Capability Readiness System, Guidelines*, 2019, p. 3, tradução nossa).

O objetivo dos UNPCRS é conseguir um grau maior de prontidão e previsibilidade de emprego das unidades recém implantadas, através de um sistema mais robusto, eficiente e colaborativo entre sede das Nações Unidas e os Estados-Membros. O UNPCRS deve ser o único mecanismo para a seleção de uma unidade militar ou policial para desdobramento. (DPKO. *Peacekeeping Capability Readiness System, Guidelines*, 2019, p. 3, tradução nossa).

O UNPCRS compreende um sistema de prontidão no qual permite a ONU empregar meios de forma rápida e eficaz. Para tanto, faz-se necessário que o país cadastre os meios e as capacidades disponíveis para emprego contíguo por parte das Nações Unidas. Nesse sentido, o Estado participante do UNPCRS deve manter a tropa preparada para o emprego conforme os níveis especificados pelo próprio sistema.

Nível 1	Uma capacidade prometida foi totalmente aceita e registrada no PCRS
Nível 2	Um recurso de Nível 1 recebeu uma visita de avaliação e aconselhamento que foi considerada implementável.
Nível 3	Uma capacidade prometida no Nível 2 tem seu pessoal e equipamento alinhados com um requisito militar/policial específico ou genérico da ONU.
Nível de Desdobramento Rápido	Uma unidade neste Nível está pronta para ser implantada em qualquer missão da ONU dentro de 60 dias após um convite formal da Secretaria.

Tabela 1 - Níveis de prontidão do UNPCRS

Fonte: *Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS) Guidelines* (ONU)

2.1.2.1 FUNCIONAMENTO

Cada Estado-Membro pode cadastrar tropas, discriminando efetivo, tipo e capacidade, pode, também, cadastrar material, discriminando sua categoria, quantidade e capacidades. Tudo isto é feito conforme disposto no site da UNPCRS.

Para tanto, a finalização do processo exige o envolvimento direto dos Estados-Membros e da ONU.

Nesse contexto, segundo as diretrizes do DPKO, o próprio departamento apresenta os requisitos para o possível desdobramento das mais diversas tropas podendo, esta, ser uma unidade militar ou policial.

A esse respeito, o Estado-Membro que cede a tropa tem que informar sobre a disponibilidade da(s) seguinte(s) capacidade(s) para a contribuição em operações de paz da ONU, se e quando solicitado pelo Secretariado das Nações Unidas. O Estado-Membro, também, deverá certificar que os indivíduos ligados à unidade cadastrada terá completado sua formação de base, de acordo com os requisitos de formação das Nações Unidas. (DPKO. *Peacekeeping Capability Readiness System, Guidelines*, 2019, p. 12, tradução nossa).

Cabe destacar que, na relação de capacidades disponibilizada pelo Sistema de Prontidão da ONU, há uma carência grande no que diz respeito ao cadastramento de tropas de Forças de Operações Especiais (FOpEsp). Sendo que o principal motivo se deve à flexibilidade, cujo seu emprego pode permear toda a área de operações. Tal habilidade gera economia de recursos de toda ordem, uma vez que boa parte das missões já estão no limite do efetivo e do orçamento disponíveis para emprego.

Apesar das promessas existentes em UNPCRS e o engajamento dos Estados-Membros, algumas áreas com capacidades críticas exigirá maior apoio e contribuição dos Estados-Membros: (DPKO. *Uniformed Capability Requirements UN Peacekeeping*, 2019, p. 4, tradução nossa).

Unidades que são ágeis e oferecem maior flexibilidade às missões (Destacamento de Emprego Rápido, Companhias de Força Reserva, Forças Especiais, Unidades de Formação de Polícia e Helicópteros de Ataque) são necessárias, pois podem atuar em maior área, como os tetos de tropas autorizados tendem a diminuir, estas tropas são fundamentais para contribuir com eficiência na economia de meios e para o fornecimento de um ambiente seguro para a proteção de civis. Missões como a Missão das Nações Unidas na República Democrática do

Congo (MONUSCO) e Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) já empregam tais unidades. (DPKO. *Uniformed Capability Requirements UN Peacekeeping*, 2019, p. 4 e 5, tradução nossa).

Tipo de unidades	Unidades no UNPCRS Nível 1	Unidades no UNPCRS Nível 2	Unidades no UNPCRS Nível 3	Unidades no UNPCRS em RDL	Unidades em implantação
Batalhão de Infantaria	19	7	2	2	9
Pelotão/SU de Infantaria	7	2	-	-	2
SU de Forças Especiais	5	2	-	1	3
SU de Força de Proteção	5	2	1	1	1
Forças de Resposta Rápida	3	1	-	2	-
Pelotão/SU de Engenharia	8	2	3	-	6
Destacamento de Desminagem	4	1	-	-	-
Hospitais/ Equipes Médicas	8	5	3	1	5
Helicópteros Utilitários	3	6	-	1	2
Helicópteros de Ataque	1	1	-	-	2
Aeronaves de transporte	6	2	-	-	9
Sistema Aéreo Não-Tripulado	2	3	-	-	1
SU de Polícia Militar	8	-	1	1	-
Pelotão/SU de Sinalização	4	2	1	1	-
Unidades de Log e Transporte	3	1	3	-	2
Unidade de Formação Policial	16	9	-	1	4
Unidade Policial de Guarda	2	-	-	-	-
Unidade Naval	8	-	-	-	-
Unidade Ribeirinha	2	2	-	-	-
Promessas de treinamento	13				
Total	114	48	14	11	46

Tabela 2 – Capacidades Atualmente Cadastradas no Sistema de Prontidão da ONU

Fonte: *Uniformed Capability Requirements UN Peacekeeping*, 2019 (tradução e grifo nosso)

2.1.2.2 CAPACIDADES SUGERIDAS PARA AS FOpEsp DA ONU

Em 2015, o DPKO publicou o *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual*, manual que orienta sobre a organização, preparo e disponibilização de equipamentos necessários para uma que uma FOpEsp seja empregada em missões da ONU, isso tudo com o propósito de nivelar as capacidades básicas necessárias a esse tipo de tropa.

Para enfrentar os desafios complexos de manutenção da paz, os componentes militares muitas vezes desempenham um papel fundamental no fornecimento e manutenção de um ambiente seguro. Nessas circunstâncias, o posicionamento

adequado das Forças Especiais da ONU pode contribuir decisivamente para a realização bem-sucedida do mandato da Missão. Até esta data, as Forças Especiais da ONU se destacaram nas operações de manutenção da paz na MONUC / MONUSCO na República Democrática do Congo, ONUB no Burundi, UNAMID no Darfur, Sudão e MINUSMA no Mali. (DPKO, 2015. *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual*, p.4, tradução nossa)

À medida que a ONU continua seus esforços para ampliar a base de países contribuintes de tropas, e para garantir a interoperabilidade efetiva de todas as unidades das Forças Especiais da ONU, é necessário formalizar os padrões de capacidade. (DPKO, 2015. *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual*, p.4, tradução nossa).

a. Conceito de Emprego

Com relação ao conceito de emprego, o *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual* divide em três grandes grupos: princípios de emprego, formas de operação e critérios de emprego.

Sobre os princípios de emprego são elencados sete princípios como cruciais para o emprego ideal da FOpEsp:

- 1) Participação no planejamento em todos os níveis;
- 2) Emprego antecipado;
- 3) Tarefas de alto valor;
- 4) Acesso a Inteligência;
- 5) Comando e Controle;
- 6) Segurança; e

7) Regras Militares de Engajamento e Diretrizes de Uso da Força para as Forças Especiais da ONU.

Quanto a forma de operação, o manual descreve que, para o emprego de FOpEsp em missões da ONU, devem ser feitas considerações não só militar, mas também política, pois pode requerer formas de operação mais discreta. O manual, ainda, descreve que a segurança das informações é fator importante para negar importantes dados ao oponente como: tipo, técnicas, força e capacidades das forças envolvidas na operação.

Como critérios de emprego de FOpEsp, o manual descreve que devem ser respondidos alguns questionamentos para verificar se há ou não há conveniência para

o emprego desse tipo de tropa.

- 1) É permitido? Segundo o mandato da OMP e a estrutura legal da operação?
- 2) É apropriado? Exigem realmente o emprego de FOpEsp? Atingem objetivos de alto valor?
- 3) É viável? As FOpEsp possuem meios que garantem o cumprimento da missão? Houve um planejamento detalhado, treinamento e ensaios de forma adequada?
- 4) É sustentável? Possui suporte logístico de toda ordem?
- 5) É justificável? O resultado esperado justifica os riscos enfrentados?

b. Principais Capacidades

Antes do desdobramento na área de operações, uma Unidade das Forças Especiais da ONU deve atingir os padrões de capacidade exigidos para enfrentar os desafios previstos. O cumprimento desses padrões dá à unidade a confiança de que pode executar suas tarefas com eficácia. Saber que sua Unidade de Forças Especiais está totalmente qualificada fornece aos líderes da ONU a garantia de que as Operações Especiais são viáveis com o pessoal e o equipamento disponível. (DPKO, 2015. *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual*, p.16, tradução nossa).

Para conduzir as três principais tarefas atribuídas às FOpEsp da ONU (tais tarefas serão abordadas no próximo subitem) faz-se necessário possuir as seguintes capacidades:

- 1) Operar em toda área de operações;
- 2) Entrar e sair da área de operações;
- 3) Sustentar-se em áreas hostis;
- 4) Conduzir Operações Especiais da ONU por terra, ar e mar (incluindo operações fluviais) para responder rapidamente às ameaças emergentes em toda a área de responsabilidade;
- 5) Fornecer orientação e informações aos elementos infiltrados;
- 6) Conduzir o planejamentos;
- 7) Interagir com outras culturas e sociedades;
- 8) Buscar informações por meio de operações de inteligência, vigilância e reconhecimento;
- 9) Operar com meios facilitadores, incluindo helicópteros utilitários, de ataque

e outras aeronaves; e

10) Fornecer e operar sistemas de comunicação e informação seguros.

c. Principais Tarefas

O DPKO elenca três principais tarefas que devem ser executadas pelas tropas de Operações Especiais: Reconhecimento Especial, Tarefas Especiais e Assistência Militar.

O Reconhecimento especial está voltado para a busca de informações relevantes que conduzam para o sucesso de toda a OMP e geralmente essa busca não pode ser executada por tropa convencional.

1) Reconhecimento Especial

As operações de Reconhecimento Especial dividem-se em:

- a) Reconhecimento do Ambiente Operacional;
- b) Avaliação de Ameaça; e
- c) Avaliação Específica.

As Forças Especiais da ONU realizam Reconhecimento Especial para coletar ou verificar informações de importância estratégica ou operacional empregando capacidades militares normalmente não encontradas nas forças convencionais. O Reconhecimento especial fornece informações específicas, bem definidas e urgentes em apoio ao processo de coleta de inteligência da Força. Pode complementar outros métodos de coleta onde as restrições são impostas pelo clima, mascaramento do terreno, contrainteligência ou a indisponibilidade de outros sistemas. (DPKO, 2015. *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual*, p.17, tradução nossa).

2) Tarefas Especiais

As Tarefas Especiais envolvem elevado nível de risco, necessidade de baixo dano colateral, alvos de alto valor e necessitam de capacidades não encontradas em tropa convencional.

As tarefas especiais incluem:

- a) Operações Especiais Designadas
- b) Operações de recuperação de pessoal e/ou material;
- c) Operações de resgate de reféns; e
- d) Operação de interdição de plataforma marítima ou fluvial.

Tarefas Especiais são operações precisas limitadas em escopo e duração

conduzidas pelas Forças Especiais da ONU a fim de adquirir, interromper, recuperar, neutralizar ou desabilitar objetivos designados de alto valor e alto retorno. Tarefas Especiais diferem da ação convencional no nível de risco, técnicas empregadas e o grau de precisão usado para criar um efeito específico. Tarefas especiais geralmente incorporam uma retirada planejada da área de objetivo imediato. As Tarefas Especiais são focadas em objetivos específicos e bem definidos de importância estratégica e operacional, ou na condução de operações táticas decisivas. As Forças Especiais da ONU podem conduzir Tarefas Especiais de forma independente, com apoio de forças convencionais, ou em apoio a forças convencionais na mesma área de operações. (DPKO, 2015. *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual*, p.18, tradução nossa).

3) Assistência Militar

A Assistência Militar é o apoio que as FOpEsp podem prestar agindo nos recursos militares e civis que influenciam de uma forma ou de outra as operações. Essa tarefa pode ser desde de um simples assessoramento de emprego combinado de diferentes meios à complexa moldagem do ambiente operacional, passando pelo treinamento de tropas da própria ONU ou aliada.

As atividades de Assistência Militar podem incluir:

- a) Treinamento;
- b) Assessoramento; e
- c) Mentoria.

A Assistência Militar é uma ampla categoria de medidas e atividades que apoiam e influenciam recursos amigáveis por meio de treinamento organizado, aconselhamento, orientação ou condução de operações combinadas. O alcance da Assistência Militar inclui, mas não se limita ao engajamento com lideranças ou organizações locais, regionais e nacionais e capacitação de forças de segurança amigas. As FOpEsp da ONU são a ferramenta apropriada para prestar assistência militar a unidades especiais selecionadas da nação anfitriã. (DPKO, 2015. *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual*, p.20, tradução nossa).

Para tanto as Nações Unidas propõem uma organização da Companhia de Forças Especiais com um efetivo de aproximadamente 150 militares, para que esta unidade seja capaz de cumprir suas tarefas segundo os princípios e capacidades abordadas neste capítulo.

A organização prevê 1 (um) Estado-Maior, 5 (cinco) Destacamentos Operacionais e 1 (um) Pelotão de Apoio, conforme figura abaixo.

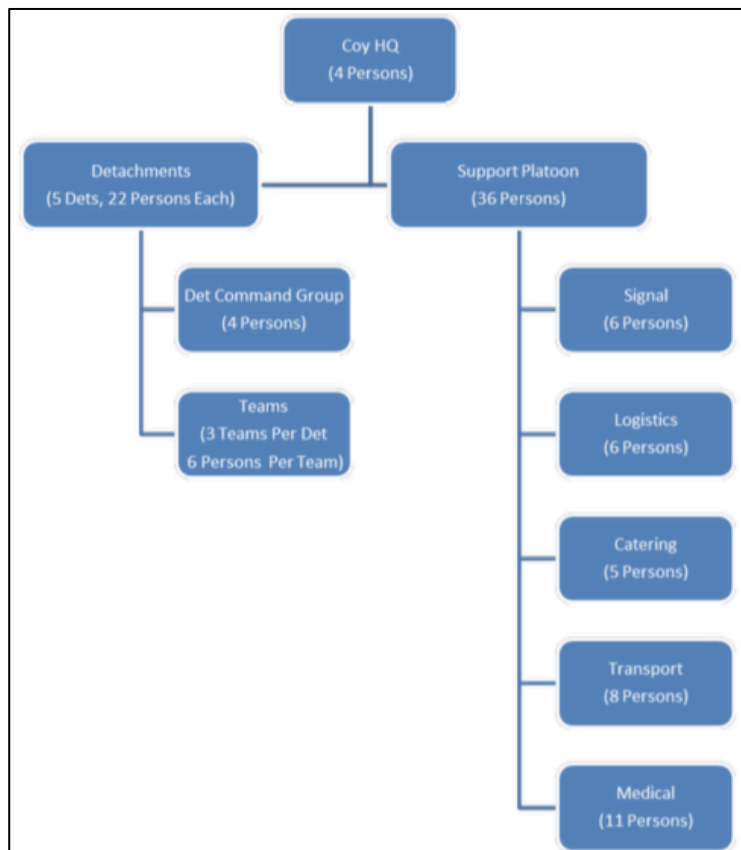


Figura 5 – Organização de uma SU de FOPesp da ONU (Proposta de manual)
Fonte: *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual, 2019*.

2.2 AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Antes de abordar as FOPesp das FA e a forma de emprego, cabe apresentar o conceito de Operações Especiais e Forças de Operações Especiais.

Operações Especiais (Op Esp): operações conduzidas por forças militares especialmente organizadas, treinadas e equipadas, em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, visando a atingir objetivos militares, políticos, psicossociais e/ou econômicos, empregando capacitações militares específicas não encontradas nas forças convencionais. Podem ser conduzidas de forma singular, conjunta ou combinada, normalmente em ambiente interagências, em qualquer parte do espectro dos conflitos. (operações especiais, p.1-2)

Força(s) de Operações Especiais (F Op Esp): são forças destinadas à execução das Operações Especiais: frações de Forças Especiais, Comandos e os seus apoios que possuem habilitações e especializações para operar em ambientes

hostis, negados ou politicamente sensíveis. As F Op Esp, em termos gerais, podem ser caracterizadas por serem tropas de altíssimo desempenho que realizam missões especiais baseadas em suas capacidades específicas. Também são consideradas F Op Esp as tropas especiais análogas das demais Forças Singulares. (operações especiais, p.1-2)

2.2.1 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Desde de 2002, com a criação da então Brigada de Operações Especiais, que a partir de 2013 passou a se chamar Comando de Operações Especiais (COpEsp), as Unidades de OpEsp, 1º Batalhão de Forças Especiais e 1º Batalhão de Ações de Comandos encontram-se integradas por um comando único. Ressalva deve ser feita sobre a 3ª Companhia de Forças Especiais (3ª Cia F Esp), esta apesar de estar subordinada diretamente ao Comando Militar da Amazônia, possui vinculação operacional e doutrinária com o COpEsp.

Ao Batalhão de Forças Especiais e à Companhia de Forças Especiais são, basicamente, atribuídas a condução de forças paramilitares em operações de guerra irregular, as operações contra forças irregulares, as ações de contraterrorismo e os reconhecimentos especiais, tarefas que são desempenhadas por seus efetivos especializados conhecidos como Forças Especiais (FE). Já o Batalhão de Ações de Comandos tem por tarefas fundamentais realizar ações diretas e prestar apoio ao 1º BFEsp na condução de ações de contraterrorismo, através do emprego de sua tropa conhecida como Comandos (PINHEIRO, 2008).

2.2.2 PRINCÍPIOS, CAPACIDADES, TIPOS DE OPERAÇÕES E OUTRAS PECULIARIDADES DAS OpEsp

Discutidas, de forma global, o que são OpEsp e a organização e especialidades das Unidades que realizam OpEsp no Exército Brasileiro, resta verificar, para suprir as necessidades da Organização das Nações Unidas, os princípios, capacidades, fatores de sucesso e os tipos de operações que são peculiares as FOpEsp do Estado Brasileiro.

a. Princípios das OpEsp

As Op Esp, normalmente, exigem abordagens “não ortodoxas”, sem negar os princípios de guerra tradicionais. Em vez de negá-los, as Op Esp aplicam esses princípios com enfoque diferente na sua combinação ou na importância relativa de cada um. Em determinadas missões ou tarefas, a surpresa alcançada por meio da rapidez, da ousadia, do sigilo e da dissimulação, aliada a novas táticas, técnicas e procedimentos (TTP), pode ser muito mais efetiva do que as táticas convencionais. (BRASIL, 2017. Operações Especiais, p.3-1).

Segundo BRASIL (2017. Operações Especiais, p.3-2) as OpEsp no Brasil são guiadas por sete princípios:

1) **Adaptabilidade** – adequação às constantes evoluções da situação e mudanças no ambiente operacional.

2) **Flexibilidade** – emprego com o mínimo de rigidez preestabelecida, o que possibilita sua adequação às especificidades de cada situação de emprego, em que os módulos de combate possam ter suas estruturas e meios (pessoal e material) ajustados, com oportunidade, para fazer frente às mudanças que surjam durante uma operação.

3) **Integração** – interação com os diversos atores em presença no TO/A Op, como as forças militares e as agências civis, sincronizando suas ações de forma a gerar efeitos sinérgicos orientados pelo Estado Final Desejado.

4) **Modularidade** – condição de, a partir de uma estrutura básica mínima, receber módulos que ampliem seu poder de combate ou lhe agreguem capacidades. Ela faculta aos comandantes que a empregam a adoção de estruturas de combate “sob medida” para cada situação de emprego.

5) **Objetivo** – compreensão clara das tarefas e missões definidas, de modo que cada integrante dessas forças se mantenha focado no objetivo da missão e assegure, particularmente nas operações prolongadas, o compromisso de atingimento do EFD.

6) **Restrição** – atuação em ambiente com restrições que visam a limitar os danos colaterais e a evitar o uso desnecessário ou desproporcional da força.

7) **Seletividade** – dirigida para objetivos, segundo uma criteriosa priorização de alvos. Deve-se evitar, ao máximo, atribuir missões e tarefas que possam ser cumpridas por forças convencionais.

b. Capacidades das OpEsp

Segundo BRASIL (2017. Operações Especiais, p.3-4) as F Op Esp possuem as seguintes capacidades, que serão requeridas em Operações Singulares, Conjuntas e Combinadas, com maior ou menor intensidade, de acordo com as peculiaridades do ambiente operacional e a natureza da missão:

- 1) assessorar os Comandos Operacionais, as Forças Componentes e os Grandes Comandos Operativos da F Ter;
- 2) oferecer respostas ágeis e flexíveis em ambientes em constante mutação;
- 3) infiltrar-se em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis por meios terrestres, aéreos ou aquáticos;
- 4) constituir-se em multiplicador de forças, por meio da ação de organizar, desenvolver, equipar, instruir e dirigir forças regulares e irregulares locais dentro do TO/A Op.
- 5) agregar operações psicológicas às ações de combate;
- 6) atuar de forma ostensiva, coberta ou sigilosa; e
- 7) aplicar de forma precisa e eficaz o poder de combate, com o maior controle de danos possível e redução de efeitos colaterais.

c. Tipos de Operações Especiais

As Op Esp são executadas em toda a gama das operações militares, em situação de guerra e de não guerra. No entanto, tais operações são mais eficazes se empregadas na prevenção e neutralização de ameaças e para evitar a escalada de crises. Por isso, seu emprego deve ocorrer, prioritariamente, antes da conflagração dos conflitos. (BRASIL, 2017. Operações Especiais, p.4-7).

Os tipos de Operações Especiais são três: ação direta, ação indireta e reconhecimento especial.

Ação direta é uma ação ofensiva de pequena envergadura e de curta duração, realizada por tropa capacitada, de valor e constituição variáveis, por meio de uma infiltração terrestre, aérea e/ou aquática, contra alvos de valor significativo, localizados em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis. É uma operação cumprida exclusivamente por F Op Esp, particularmente tropas de Comandos. Podem ser conduzidas de forma autônoma ou em apoio a operações militares convencionais. (BRASIL, 2017. Operações Especiais, p.3-5).

As ações diretas diferem das ações convencionais pelo nível de risco físico,

pelo risco político-estratégico, pelas técnicas operativas, bem como pelo grau de precisão e uso seletivo da força para alcançar objetivos específicos. Possuem baixa visibilidade e reduzido efeito colateral. No Exército Brasileiro, são também chamadas de Ações de Comandos. (BRASIL, 2017. Operações Especiais, p.3-5)

Em contrapartida, as ações indiretas são caracterizadas pela potencialização dos esforços através da atuação de um pequeno grupo de Operadores de Forças Especiais como multiplicadores de força.

Constituem-se em alternativa viável em todo o espectro dos conflitos. Podem incluir, por exemplo, esforços de apoio ao desenvolvimento local, fomento à cooperação civil-militar, mobilização de lideranças, estruturação de redes de informantes e treinamento de forças convencionais e/ou auxiliares. (BRASIL, 2017. Operações Especiais, p.3-6)

Nas ações indiretas, as forças especiais são capazes de estabelecer e cultivar laços de confiança com atores diversos – a despeito de barreiras culturais – a fim de convergir esforços para a consecução dos objetivos da operação, seja apoiando, seja evitando uma confrontação militar. (BRASIL, 2017. Operações Especiais, p.3-7).

Já o Reconhecimento Especial é um tipo de operação especial desenvolvida, mormente, para obter informações de alvos de alto valor, em sua maioria estratégicos e operacionais.

É a operação realizada por forças de operações especiais, em áreas hostis, negadas ou politicamente sensíveis, com o propósito de obter, confirmar ou atualizar dados e conhecimentos de importância estratégica, operacional ou, eventualmente, tática, fundamentais para o planejamento e para a condução de operações militares, empregando capacidades normalmente não encontradas em forças convencionais. (BRASIL, 2017. Operações Especiais, p.3-7).

Essas operações buscam ampliar a consciência situacional dos escalões em proveito dos quais são realizadas, complementando os reconhecimentos e as ações de vigilância realizadas por tropas convencionais. (BRASIL, 2017. Operações Especiais, p.3-8).

Nesse contexto, as operações de reconhecimento especial são capazes de cooperar com o sistema de inteligência, complementando e/ou apoiando os esforços realizados por outras fontes.

Além dos tipos de operações especiais, no Brasil, há operações com emprego de Forças de Operações Especiais, neste caso, as operações são de caráter

convencional, entretanto as FOPEsp são utilizadas, quando a situação demandar capacidades específicas dessas tropas.

As operações com emprego de Forças de Operações Especiais são:

- 1) Operação Contra Forças Irregulares;
- 2) Contrainsurgência;
- 3) Prevenção e Combate ao Terrorismo;
- 4) Assistência Militar;
- 5) Busca, combate e salvamento;
- 6) Operações de Paz;
- 7) Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;
- 8) Evacuação de Não Combatentes;
- 9) Operações Convencionais;
- 10) Ajuda Humanitária;
- 11) Cooperação Civil-militar;
- 12) Operações de Informação;
- 13) Operações Psicológicas; e
- 14) Operação de Inteligência

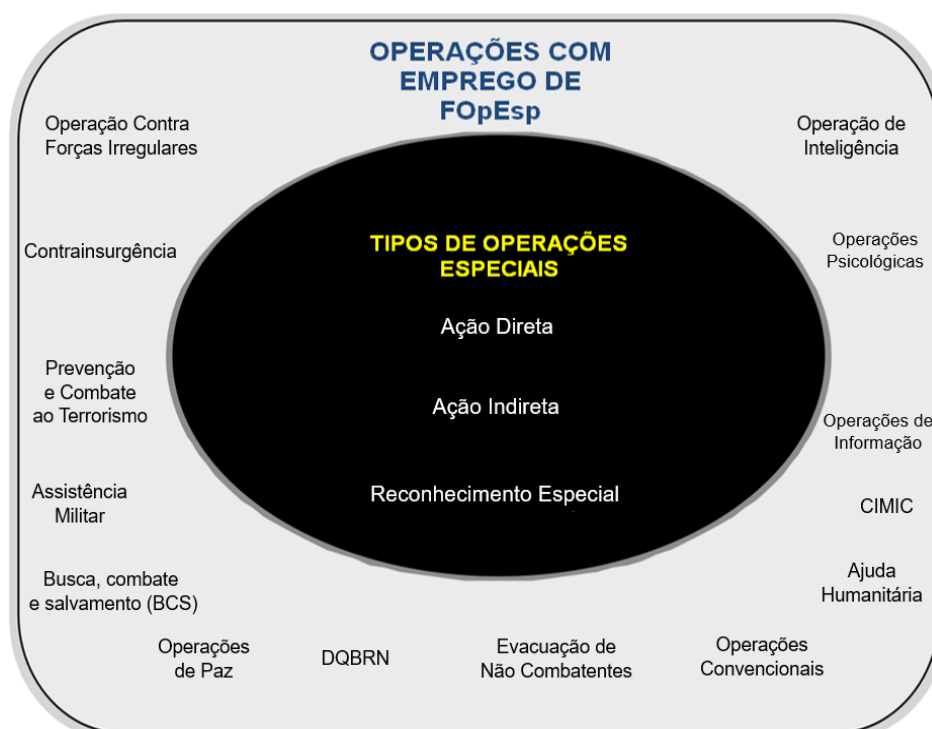


Figura 6 – Operações Especiais e Operações com Emprego de Forças de Operações Especiais.

Fonte: BRASIL, Operações Especiais, 2017.

As F Op Esp podem apoiar uma operação convencional, assim como forças convencionais podem atuar em proveito das Op Esp. Em termos gerais, a integração entre F Op Esp e forças convencionais se dá por meio do(a): (BRASIL, 2017. Operações Especiais, p.4-5).

- conhecimento mútuo das capacidades das forças;
- definição da estrutura e relações de comando;
- compartilhamento sistêmico de informações e conhecimentos;
- integração dos planejamentos no mais alto nível;
- estabelecimento de ligações para coordenações nos diferentes níveis;
- coordenação logística, de fogos, do uso do espaço aéreo e do espectro eletromagnético;
- adoção de medidas complementares de coordenação e controle, a fim de atender à manobra dos elementos de combate;
- realização de reuniões periódicas de coordenação; e
- homogeneidade na conduta ética a ser dispensada à população local da área de operações, alcançada por meio do estabelecimento de regras de engajamento.

d. Outras Peculiaridades das OpEsp

Para melhor alinhamento com as características elencadas no *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual* cabe elencar neste subitem os fatores de êxito das Operações Especiais.

- 1) decisão de emprego de mais alto nível;
- 2) necessidade de adequada estrutura de comando e controle;
- 3) acesso aos mais altos níveis de Inteligência;
- 4) disponibilidade de recursos e meios (pessoal e material);
- 5) tarefas operacionalmente viáveis, atribuídas às F Op Esp;
- 6) ações dirigidas contra alvos de alto valor;
- 7) planejamento e preparação integrados;
- 8) apoio de inteligência oportuno, ágil e preciso;
- 9) integração e complementaridade às operações convencionais; e
- 10) logística adequada, incluindo apoio à infiltração e à exfiltração.

As F Op Esp devem ser empregadas por meio de uma cadeia de comando simples e clara, para atingir objetivos críticos e de valor significativo, e planejadas

detalhadamente, apoiando-se em informações precisas e atualizadas, buscando-se o sigilo e a segurança durante o planejamento e a execução das operações. (BRASIL, 2017. Operações Especiais, p.4-9).

3 DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentadas as discussões, confrontando as necessidades das FOpEsp da ONU para OMP, as capacidades das FOpEsp brasileira, o resultado da pesquisa de campo e aspectos levantados pelo entrevistado.

3.1 CORRELAÇÃO ENTRE O PERFIL SUGERIDO PELA ONU PARA FOpEsp EM OMP E AS FOpEsp DO BRASIL

Considerando as capacidades sugeridas para as FOpEsp da ONU, abordadas no subcapítulo 2.1.2.2 deste trabalho, que elenca o conceito de emprego, as principais capacidades e as principais tarefas;

Considerando, também, as capacidades das FOpEsp brasileira, abordadas no subcapítulo 2.2.2 deste trabalho, que aborda os princípios, tipos de operações e outras peculiaridades;

Pode-se inferir, parcialmente que as Forças de Operações Especiais brasileira contemplam todas as necessidades da ONU, no que diz respeito ao emprego de tropa de OpEsp em OMP. Tais condições que estão dispostas no *United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual* são perfeitamente atendidas quando as confrontamos com os manuais doutrinários das FA do Brasil. Nesse contexto, conceitualmente, a formação e cadastramento de uma Força Tarefa de Operações Especiais brasileira, no valor SU, é perfeitamente viável.

Capacidades apresentado pelo DPKO		Capacidades das FOpEsp brasileira	
CONCEITO DE EMPREGO	Item que aborda	CORRELAÇÃO	Item que aborda
Participação no planejamento em todos os níveis.	2.1.2.2.a.1)	Integração	2.2.2.a.3)
Emprego antecipado	2.1.2.2.a.2)	emprego, prioritariamente, antes da conflagração dos conflitos	2.2.2.c.
Tarefas de alto valor	2.1.2.2.a.3)	Seletividade	2.2.2.a.7)
		ações dirigidas a alvos de alto valor	2.2.2.d.6)
Acesso a Inteligência	2.1.2.2.a.4)	acesso aos mais altos níveis de Inteligência	2.2.2.d.3)
		apoio de inteligência oportuno, ágil e preciso	2.2.2.d.8)
Comando e Controle	2.1.2.2.a.5)	decisão de emprego de mais alto nível;	2.2.2.d.1)
		necessidade de adequada estrutura de comando e controle	2.2.2.d.2)
Segurança	2.1.2.2.a.6)	Segurança em todo espectro das Op	2.2.2.d.
Regras de Engajamento e Diretrizes de uso da força	2.1.2.2.a.7)	estabelecimento de regras de engajamento	2.2.2.c.

RINCIPAIS CAPACIDADES	2.1.2.2.b	-	-
Operar em toda área de operações	2.1.2.2.b.1)	Adaptabilidade	2.2.2.a.1)
		Integração	2.2.2.a.3)
Entrar e sair da área de operações	2.1.2.2.b.2)	- oferecer respostas ágeis e flexíveis em ambientes em constante mutação - infiltrar-se em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis por meios terrestres, aéreos ou aquáticos	2.2.2.b.2) 2.2.2.b.3)
Sustentar-se em áreas hostis	2.1.2.2.b.3)		
Conduzir Operações Especiais da ONU por terra, ar e mar (incluindo operações fluviais) para responder rapidamente às ameaças emergentes em toda a área de responsabilidade	2.1.2.2.b.4)		
Fornecer orientação e informações aos elementos infiltrados	2.1.2.2.b.5)	Operação de Inteligência	2.2.2.c.14)
Conduzir o planejamentos	2.1.2.2.b.6)	Integração	2.2.2.a.3)
		planejamento e preparação integrados	2.2.2.d.7)
Interagir com outras culturas e sociedades	2.1.2.2.b.7)	Adaptabilidade	2.2.2.a.1)
		Integração	2.2.2.a.3)
		agregar operações psicológicas às ações de combate	2.2.2.b.5)
Buscar informações por meio de operações de inteligência, vigilância e reconhecimento	2.1.2.2.b.8)	Reconhecimento Especial	2.2.2.c.
		Operação de Inteligência	2.2.2.c.14)
Operar com meios facilitadores, incluindo helicópteros utilitários, de ataque e outras aeronaves	2.1.2.2.b.9)	Modularidade	2.2.2.a.4)
		infiltrar-se em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis por meios terrestres, aéreos ou aquáticos	2.2.2.b.3)
Fornecer e operar sistemas de comunicação e informação seguros	2.1.2.2.b.10)	necessidade de adequada estrutura de comando e controle	2.2.2.d.2)
PRINCIPAIS TAREFAS	2.1.2.2.c.	TIPOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	2.2.2.c.
RECONHECIMENTO ESPECIAL	2.1.2.2.c.1)	Reconhecimento Especial	2.2.2.c.
Reconhecimento do Ambiente Operacional	2.1.2.2.c.1)a)		
Avaliação de Ameaça	2.1.2.2.c.1)b)		
Avaliação Específica	2.1.2.2.c.1)c)		
TAREFAS ESPECIAIS	2.1.2.2.c.2)	Ação Direta	2.2.2.c.
Operações Especiais Designadas	2.1.2.2.c.2)a)		
Operações de recuperação de pessoal e/ou material	2.1.2.2.c.2)b)		
Operações de resgate de reféns;	2.1.2.2.c.2)c)		
Operação de interdição de plataforma marítima ou fluvial.	2.1.2.2.c.2)d)		
ASSISTÊNCIA MILITAR	2.1.2.2.c.3)	Ação Indireta	2.2.2.c.
Treinamento	2.1.2.2.c.3)a)		
Assessoramento	2.1.2.2.c.3)b)	Ação Indireta	2.2.2.c.
Mentoria	2.1.2.2.c.3)c)		

Tabela 3 – Correlação entre o perfil da ONU para FOPEsp em OMP e as FOPEsp do Brasil.

Fonte: Autor.

3.2 RESULTADO DAS PESQUISAS DE CAMPO

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, que ocorreu de duas formas. A primeira por intermédio do questionário, restrito ao seguinte universo: Oficiais Comandos e/ou Forças Especiais que atuaram na MINUSTAH, no período de 2006 a 2017, compondo o DOPaz, e a segunda por entrevista concedida pelo coronel Cláudio Barroso Magno Filho, comandante do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (BRABAT) do 6º Contingente Brasileiro na MINUSTAH.

3.2.1 QUESTIONÁRIO

Aspectos levantados:

- a. O questionário contou com amostra de 37% da população restrita ao perfil.
- b. A média de experiência adquirida, por intermédio do emprego no COpEsp em Op Esp e Op com emprego de FOpEsp, antes do emprego na MINUSTAH foi de 3 anos e 6 meses.
- c. O universo era composto por Of Comandos e/ou Forças Especiais que integraram o DOPaz ocupando as funções de Estado-Maior: Comandante (Cmt), Subcomandante (SCmt), Oficial de Operações (Of Op) e Oficial de Inteligência (Of Intlg). Dentro da amostra que respondeu ao questionário, 21% atuou como Cmt DOPaz, 42% como SCmt DOPaz, 21% como Of Op DOPaz e 16% como Of Intlg DOPaz.

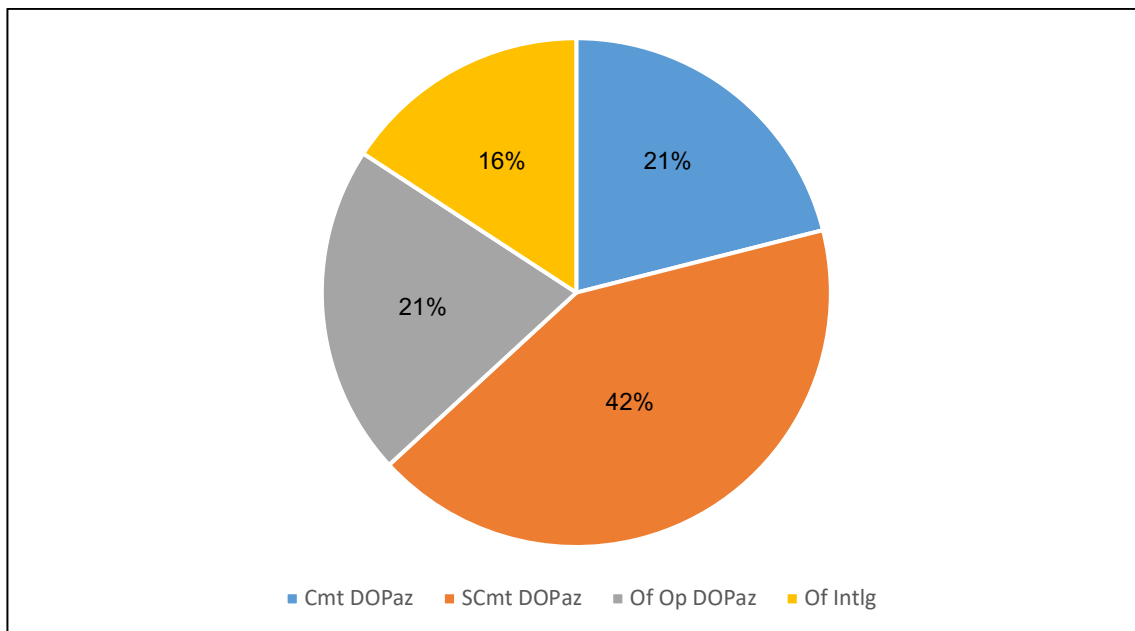


Gráfico 1 – Funções desempenhadas pelos Of da amostra.
Fonte: Autor.

d. Dentre os tipos de atividades desempenhadas pelo DOPaz na MINUSTAH, a amostra respondeu que seu volume seguia a seguinte proporção: 40% das atividades eram operações de inteligência, 18% reconhecimento especial/monitoramento de alvos, 15% adestramento de outras frações, 12% assuntos civis, 10% ação direta e 5% envolvia outras atividades.

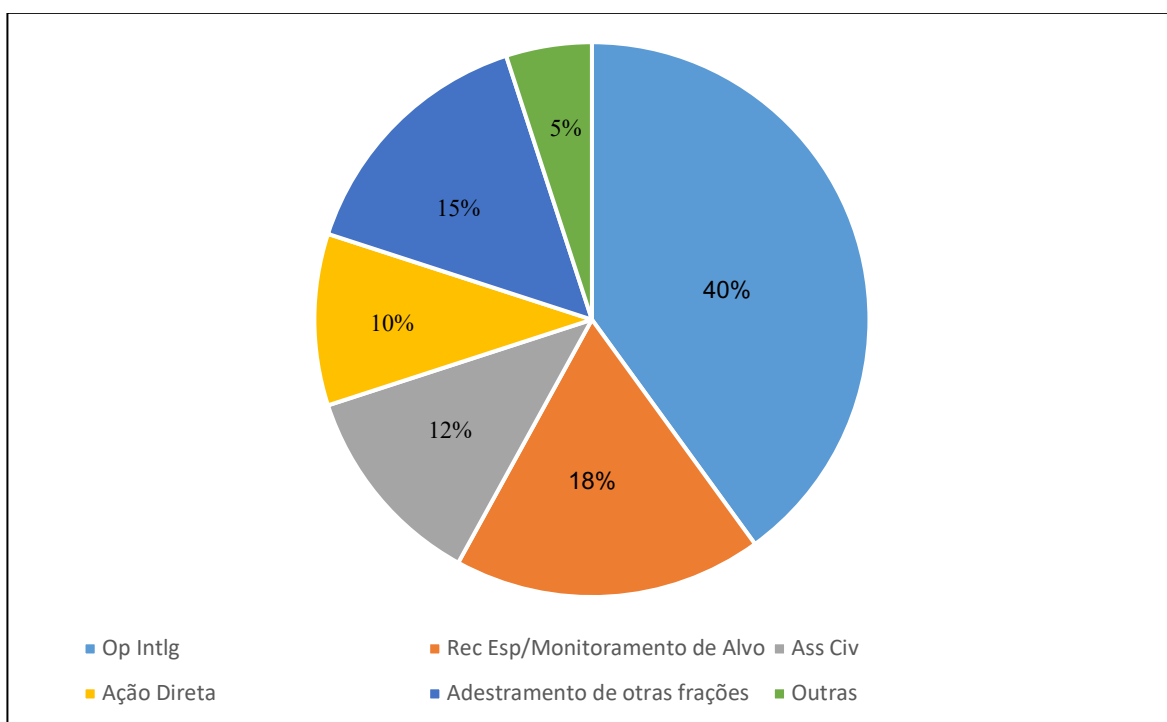


Gráfico 2 – Tipos de atividades desempenhadas pelos Of da amostra.
Fonte: Autor.

e. No que tange à composição da FTOpEsp para cadastramento no sistema da ONU, levando em consideração apenas as peças de manobra, a amostra elencou segundo a percentagem as seguintes frações: 31% Destacamento Operacional de Forças Especiais (DOFEsp) mais Equipe de Caçadores, 25% Destacamento de Ações de Comandos (DAC), 22% DOFEsp, 22% Destacamento de Ação imediata (DAI) (DOFEsp mais militares do DAC).

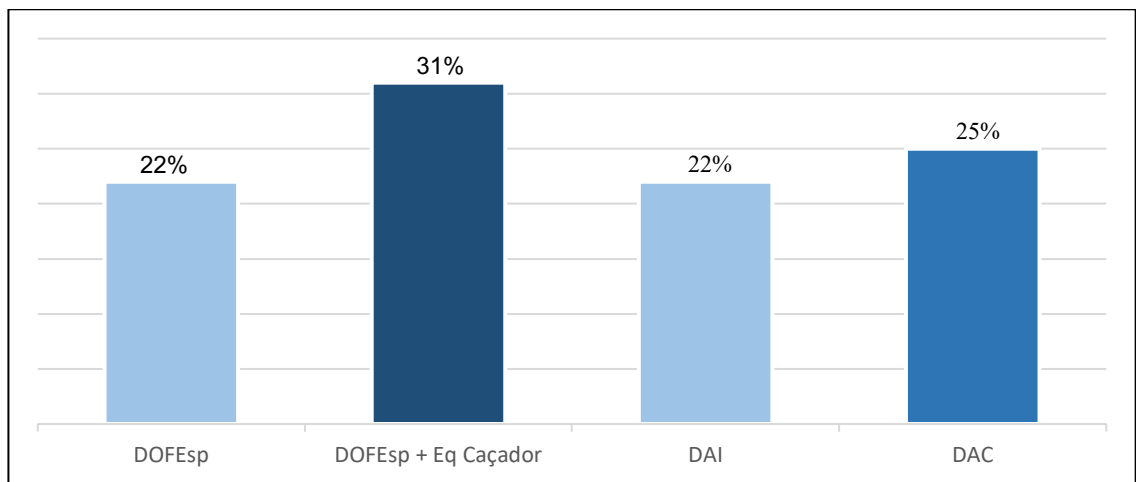


Gráfico 3 – Peças de manobra para compor a FTOpEsp.
Fonte: Autor.

3.2.2 ENTREVISTA

No dia 28 de setembro de 2020 o Coronel Cláudio Barroso Magno Filho concedeu entrevista de forma a enriquecer este trabalho. Os principais aspectos levantados pelo entrevistado foram quanto: à atuação do DOPaz na preparação da Força JAURU; o emprego da Força JAURU, com ênfase na atuação do DOPaz; as missões do DOPaz; e a perspectiva do emprego de uma FT Op Esp brasileira em proveito de uma OMP.

Segundo Barroso Magno, o DOPaz foi fator de sucesso para o nivelamento e desenvolvimento das capacidades operativas de combate do BRABAT. Nesse sentido, o entrevistado afirmou que as fases tanto de preparo como de emprego do BRABAT possuíam regiões de intercessão, pois ainda antes da inserção no ambiente operacional ele emitiu a Ordem de Operações e cada SU já vislumbrava a área de atuação, bem como o trabalho que desenvolveria, e que após a inserção no ambiente operacional, as primeiras ações ainda faziam parte do preparo, de forma que o BRABAT ficasse cada vez mais seguro do treinamento executado no Brasil, isso tudo

lançando mão do DOPaz que sempre esteve bem entrosado com todas as frações do BRABAT.

Barroso Magno, ainda, deixa claro que no 6º contingente foi possível para o DOPaz executar todas as capacidades doutrinárias para as Forças Especiais previstas, desde as ações indiretas, passando pelas ações diretas e atuando no vetor de operações psicológicas. Para Barroso Magno, ainda no estudo sumário da missão, o BRABAT deveria ter uma força de operações especiais muito bem estruturada e capacitada e com a missão de fazer cumprir a doutrina do Exército Brasileiro de operações especiais de “A a Z” [todas as capacidades descritas no manual de Operações Especiais], citando:

- Reunião de Comando de Área;
- Operações de Inteligência;
- Estruturação e controle de rede de informantes;
- Reconhecimento especial;
- Monitoramento de Alvos;
- Estruturação e controle de Grupos de Autodefesa;
- Desenvolvimento de Operações Psicológicas;
- Adestramento de tropa;
- Operação Contra Forças Irregulares;
- Contrainsurgência;
- Assistência Militar;
- Ajuda Humanitária;
- Cooperação Civil-militar; e
- Operações de Informação

Sobre “modelo” DOPaz, se pode e/ou deve ser “aumentado” para ser empregado em proveito de uma grande Operação de Manutenção da Paz, como a do Congo ou República Centro Africana, por exemplo, Barroso Magno afirma que o DOPaz, é um caso de sucesso, e que por tal motivo, seria natural ampliá-lo e aperfeiçoa-lo conforme o emprego nesses ambientes operacionais, sem deixar de lado as Operações de Manutenção da Paz como balizador. E ainda frisa como aspecto muito importante para o emprego das capacidades doutrinárias de Forças Especiais do EB, pois essas missões são terreno fértil para o desenvolvimento dessas ações.

Sobre a viabilidade cadastramento de uma Força Tarefa de Operações Especiais brasileira no sistema da ONU, Barroso Magno diz que seria um ganho muito

grande, tanto para o Exército brasileiro como para a ONU, mas acredita que há condicionantes. Essas condicionantes estão calcadas no emprego pleno das capacidades doutrinárias das Forças de Operações Especiais e, que isto tem íntima relação com quem vai empregar essa tropa. Assim, é de extrema importância que haja uma perfeita ligação dessa FT Op Esp com o escalão que a empregará. Não sendo viável abrir mão de uma equipe de ligação de Operações Especiais.

4 CONCLUSÃO

Neste capítulo, levando em consideração o referencial teórico e os aspectos relevantes da pesquisa de campo, será apresentado a proposta de uma Força Tarefa de Operações Especiais para cadastro no Sistema de Prontidão da ONU.

Para tanto foram balizadores dessa proposta:

- a. Efetivo de 150 militares;
- b. volume de operações desenvolvidas pelo DOPaz na MINUSTAH;
- c. doutrina de emprego de FOpEsp; e
- d. aspectos relevantes sobre emprego do DOPaz no 6º contingente brasileiro da MINUSTAH.

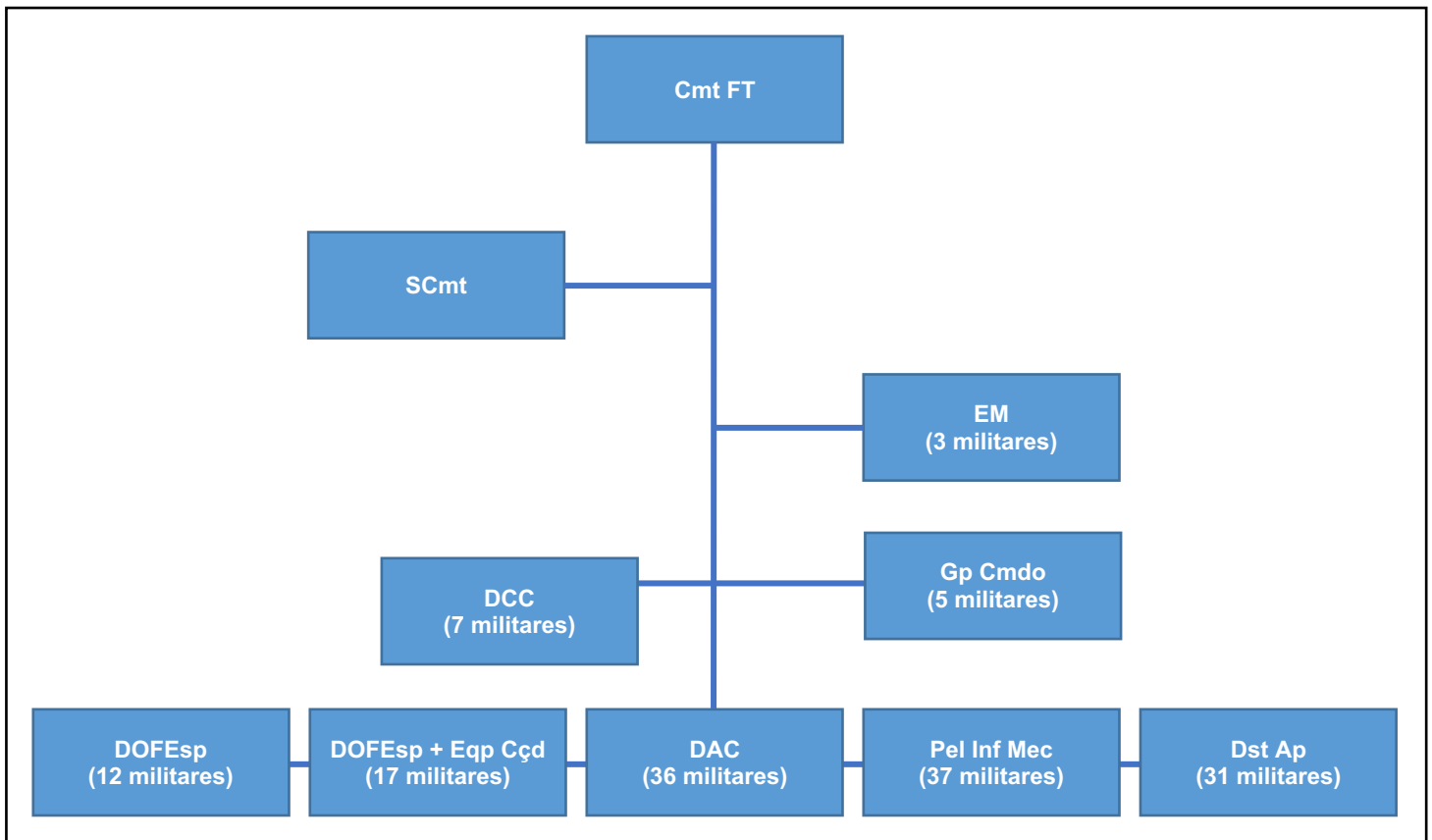


Figura 7 – Organização de uma SU de FOpEsp da ONU (Proposta do trabalho)

Fonte: Autor

Fração	Função	Quantidade	P/Grad
Cmdo FT	Cmt FT	01	Maj/TC
	SCmt FT	01	Maj/TC
Estado-Maior FT	Oficial de Logística FT	01	Cap/Maj
	Oficial de Operações FT	01	Cap/Maj
	Oficial de Inteligência FT	01	Cap/Maj
Grupo de Cmdo FT	Sargenteante	01	Sgt

	Furriel	01	Sgt
	Auxiliar do Sargenteante	01	Sd/Cb
	Auxiliar do Furriel	01	Sd/Cb
	Operador de Rádio Cmt FT	01	Sd/Cb
Destacamento de Coordenação e Controle (DCC)	Cmt DCC	01	Maj/Cap
	Oficial de Logística DCC	01	Ten/Cap
	Oficial de Operações DCC	01	Ten/Cap
	Oficial de Inteligência DCC	01	Ten/Cap
	Auxiliar de Logística DCC	01	Sgt/ST
	Auxiliar de Operações DCC	01	Sgt/ST
	Auxiliar de Inteligência DCC	01	Sgt/ST
Destacamento Operacional de Forças Especiais (DOFEsp)	Cmt DOFEsp	01	Cap
	SCmt DOFEsp	01	Ten/Cap
	Oficial de Operações DOFEsp	01	Ten/Cap
	Oficial de Inteligência DOFEsp	01	Ten/Cap
	Especialista em Armamento DOFEsp	02	Sgt/ST
	Especialista em Demolições DOFEsp	02	Sgt/ST
	Especialista em Comunicações DOFEsp	02	Sgt/ST
	Especialista em Saúde DOFEsp	02	Sgt/ST
Destacamento Operacional de Forças Especiais (DOFEsp) + Equipe de Caçadores (Eq Cçd)	Cmt DOFEsp	01	Cap
	SCmt DOFEsp	01	Ten/Cap
	Oficial de Operações DOFEsp	01	Ten/Cap
	Oficial de Inteligência DOFEsp	01	Ten/Cap
	Especialista em Armamento DOFEsp	02	Sgt/ST
	Especialista em Demolições DOFEsp	02	Sgt/ST
	Especialista em Comunicações DOFEsp	02	Sgt/ST
	Especialista em Saúde DOFEsp	02	Sgt/ST
	Controlador das Eq Cçd	01	Ten/Cap
Caçador de Operações Especiais	04	Sgt/ST	
Destacamento de Ações de Comandos (DAC)	Cmt DAC	01	Ten/Cap
	SCmt DAC	01	Ten/Cap
	Cmt de Grupo DAC	04	Sgt
	Cb Comandos	30	Sd/Cb
Pel Inf Mec	Cmt Pel Inf Mec	01	Ten
	Adj Pel Inf Mec	01	Sgt
	Cmt de Grupo Pel Inf Mec	03	Sgt
	Cmt Esquadra Pel Inf Mec	06	Cb/Sd
	Motorista de Viatura Mec Pel Inf Mec	08	Cb/Sd
	Soldado Fuz Pel Inf Mec	18	Sd
Destacamento de Apoio (Dst Ap)	Cmt (Dst Ap)	01	Cap
	Cmt Centro de Comunicações (CCom)	01	Sgt
	Operador de Rádio do CCom	04	Sd/Cb
	Encarregado de Material	01	Sgt/ST
	Auxiliar do Encarregado de Material	04	Sd/Cb
	Encarregado do aprovisionamento	01	Sgt
	Auxiliar de aprovisionamento	03	Sd/Cb
	Encarregado da manutenção e transporte	01	Sgt
	Auxiliar de manutenção e transporte	06	Sd/Cb
	Médico	02	Ten
	Dentista	01	Ten
	Técnico em Enfermagem	02	Sgt
	Padioleiro	04	Sd/Cb

Tabela 4 – Distribuição das funções da FT Op Esp
Fonte: Autor

REFERÊNCIA

BARROSO MAGNO, Cláudio. **Força Tarefa de Operações Especiais em Missões de Paz**. Rio de Janeiro, 2020. Entrevista fornecida a Fernando Rosa Barroso Magno em 28 de setembro de 2020. 170 minutos.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD34-M-02: **Manual de Operações de Paz**. 3. ed. Brasília, DF, 2013b.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.212: Operações Especiais**. 3. ed. Brasília, DF, 2017.

CHERISEY, E. Desert watchers: MINUSMA's intelligence capabilities. **Jane's Defence**, v. 54, n. 23, 7 jun. 2017. Disponível em: <http://www.janes.com/images/assets/319/71319/Desert_watchers_MINUSMA_s_intelligence_capabilities.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

GUEZEN, Benthe. **Breaking Down Barriers - Towards Improving Civil-Military Coordination in 'Robust' UN Peacekeeping Operations: A Malian Case Study**. 2018. Tese (Mestrado em Geografia Humana) – Radboud University, Nijmegen, Holanda, 2018. Disponível em: <https://theses.uibn.ru.nl/bitstream/handle/123456789/6302/Guezen%2c_Benthe_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 abr. 2019.

KARLSRUD, John. The UN at war: examining the consequences of peace-enforcement mandates for the UN peacekeeping operations in the CAR, the DRC and Mali. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 40-54, 2 jan. 2015.

MAIA, Vladimir Gustavo Gouveia. **O Brasil no Haiti: Missão de Imposição ou Manutenção da Paz**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, Marcos Venício. Brasil no Haiti, um caso de sucesso. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Ed. especial. p. 58-65. 2018.

NOGUEIRA, Daniel Silvino Costa. Estariam os Mergulhadores de Combate da Marinha do Brasil bem estruturados para combater o terrorismo? Orientador: Luiz Carlos de Carvalho Roth. 2014. 103 f. Monografia (requisito parcial para a conclusão do Curso de Estratégica e Política Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2014.

PINTO HOMEM, Henrique de Castro. Comandos Conjuntos de Operações Especiais: validade e viabilidade do estabelecimento permanente nas Forças Armadas Brasileiras. Orientador: Fernando Roberto dos Santos. 2013. 61 f. Monografia (requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2013.

UNITED NATIONS. **S/RES/2098**, March 28, 2013. New York: United Nations, 2013.

_____, Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support. **United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces**. 1. ed.

2015.

_____, Department of Peacekeeping Operations, Office of Military Affairs. **Generic Statement of Unit Requirement for Special Force Company**. 2017.

_____, Department of Peace Operations, Department of Operational Support. **Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS) Guidelines**. 2019.

_____, Department of Peace Operations. **Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for United Nations Peacekeeping**. 2019.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

O presente questionário, destinado à Oficiais Comandos e Forças Especiais que participaram da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) integrando o Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), é parte importante da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso do Maj Inf Fernando Rosa Barroso Magno, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). A pesquisa tem por objetivo a proposição da constituição de uma Força Tarefa de Operações Especiais em Missões de Paz, valor SU, para cadastro no *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System* (UNPCRS).

O UNPCRS é o sistema atual das Nações Unidas para o cadastramento de tropa para o emprego em Operações de Manutenção da Paz (OMP). O UNPCRS em setembro de 2015 substituiu o United Nations Standby Arrangement System (UNSAS), antigo sistema onde os Estados-Membros inscreviam tropas para emprego em OMP.

Agradeço a participação, me colocando à disposição para dúvidas ou sugestões através do e-mail frbmagno03@gmail.com.

1. Ano que concluiu o Curso de Ações de Comandos

2. Ano que concluiu o Curso de Forças Especiais

3. Ano que se apresentou pronto no COpEsp

4. Contingente e ano que integrou o DOPaz

5. Função que desempenhou no DOPaz

6. Enumere em ordem crescente os tipos de atividades que o seu destacamento executou em maior quantidade durante o desdobramento do BRABAT (1 a que mais executou e 5 a que menos executou):
 - Ação Direta
 - Reconhecimento e/ou monitoramento de alvos

- Atividades de Inteligência
- Ações em Coor com a célula G9 (Ass Civ)
- Adestramento de outras frações
- Outras:

7. Levando em consideração a carga das atividades desenvolvidas em seu contingente, sugira a quantidade de destacamentos (totalizando 4) necessária para compor a SU Op Esp. Desconsidere o Destacamento de Coordenação e Controle, este, doutrinariamente, fará parte da estrutura da SU.

- DOFEsp
- DOFEsp + 1 Equipe de Caçadores (5 militares)
- DAI (DOFEsp + 10 Comandos)
- DAC à 36 militares

ANEXO B

ENTREVISTA COM O SENHOR CORONEL CLÁUDIO BARROSO MAGNO FILHO

Tema: Força Tarefa Conjunta de Operações Especiais em Missões de Paz.

Data: 08 de setembro de 2020.

Local: Rio de Janeiro – RJ.

Duração: 170 minutos.

Entrevistador: Major Fernando Rosa Barroso Magno

Entrevistado: Coronel Cláudio Barroso Magno Filho.

Perfil do Entrevistado: O Coronel Cláudio Barroso Magno Filho é oficial reformado do Exército Brasileiro. Formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, no ano de 1977, sendo o primeiro colocado da arma de infantaria. Na área de conhecimento das Operações Especiais, o coronel Barroso Magno é possuidor dos cursos de Comandos e Forças Especiais, sendo também o primeiro colocado nesses cursos. Foi oficial subalterno no Destacamento Operacional de Forças Especiais (1980 a 1983), no 1º Batalhão de Forças Especiais (1984 a 1987) e Comandante do 1º Batalhão de Forças Especiais (Cacique Kid Preto) no biênio 2000/2001. No contexto de Operações de Manutenção da Paz, o coronel Barroso Magno, na ocasião *Kid Bleu*, foi comandante da Força JAURU, Batalhão Brasileiro de Força de Paz do 6º contingente (BRABAT/6).

Entrevistador: Coronel, ainda no espectro da preparação, fale um pouco sobre o papel do DOPaz na Força JAURU (estado inicial, diretrizes, atividades desenvolvidas e estado final desejado)?

Coronel Barroso Magno:

Falando do BRABAT/6, logo de início, quando eu recebi a missão, obviamente fiz uma análise da mesma e verifiquei que a conjuntura do Haiti era de extrema complexibilidade e exigiria uma capacidade operativa de combate muito efetiva. Pelo pouco que pude perceber desse estudo, identifiquei duas necessidades que me pareceram óbvias: a primeira é ter uma força de operações especiais muito bem estruturada e capacitada e, com a missão de fazer cumprir a doutrina do Exército Brasileiro de operações especiais de “A a Z” [todas as capacidades descritas no manual de Operações Especiais]. Independentemente do efetivo, da capacidade que decorreria do material e do pessoal durante a missão, a minha visão foi de cumprir todas as capacidades de operações especiais. Isso tudo desde as ações indiretas, passando pelas ações diretas e também as operações de natureza psicológicas. Neste contexto, no mesmo modelo do contingente anterior, o 5º contingente, foi formado dentro da doutrina um destacamento de ação imediata. Esse destacamento, por uma questão de conceito, nós chamamos de Destacamento de Operações de Paz com a sigla DOPaz. Nessa ocasião, nós não queríamos sinalizar para ONU que era um Destacamento de Forças Especiais e Comandos; esse foi o primeiro ponto. O segundo ponto que, aí sim, não estava na estrutura organizacional, era a capacidade de operações psicológicas, com a aprovação do Estado-Maior do Exército, nós criamos o Destacamento de Operações Sociais de Paz como o nome DOSPaz. Esse nome, DOSPaz, como ele se voltou para as operações psicológicas, não pegou. Isso porque nos contingentes posteriores ele foi organizado por militares do Batalhão de Operações Psicológicas; não que tenha sido uma reversão dessa ideia, mas por opção de usar o nome operações psicológicas em detrimento da sigla DOSPaz. Então, criada a capacidade operacional específica das forças de operações especiais, a orientação para o preparo foi respeitar a programação do COpEsp de dar ao comandante do DOPaz os meios e as orientações para que se preparassem para sua missão em si, de ações diretas e indiretas. Tal preparo foi feito em Goiânia sob o comando direto do comandante do DOPaz. E, no que tange ao DOSPaz, a coordenação foi feita direto pelo BRABAT, porque era uma tropa nova e não foi baseada pelo Batalhão de Operações Psicológicas. O Cmt do DOSPaz era um capitão

forças especiais; os especialistas eram sargentos forças especiais e cabos comandos. Existiam, ainda, dois sargentos de operações psicológicas: um cedido pelo Centro de Comunicação Social do Exército e, o outro, pelo Batalhão de Operações Psicológicas.

Voltando especificamente à pergunta, a orientação que ia ao encontro da maior preocupação que eu tive, foi de dar ao BRABAT a capacidade operacional plena. Capacidade de utilização do armamento, a capacidade de utilização do terreno, a capacidade de atuar em pequenas frações e fazer isso dentro do ambiente operacional, tudo tendo como foco o combate às forças adversas e a conquista da confiança da população. Para isso, nós quebramos os paradigmas que vinham sendo adotados, sob a orientação do COTER, e demos a missão ao DOPaz de criar um programa de treinamento das frações constituídas do BRABAT, que era caracterizada pela 1ª Companhia de Coxim, a 2ª Companhia de Cuiabá e a 3ª Companhia de Uberlândia, como objeto de preparo, sendo conduzido pelo DOPaz. Assim, nós fizemos um programa de preparo em que as técnicas e táticas, como uso do armamento e uso do terreno, no campo individual e coletivo, eram abordadas pelo DOPaz a partir da pequena fração.

O programa desenvolvido pelo DOPaz foi executado por equipes volantes que se deslocavam para as guarnições que acabei de citar em programas de treinamentos extremamente objetivos e simples, proporcionando autoconfiança no combatente individual e no combatente coletivo. Visavam o correto uso do para-FAL, no caso do armamento individual, o uso de armas curtas como backup, a progressão em área urbana e o desenvolvimento de equipes de caçadores com o armamento disponível, que era o FAL com luneta, o máximo que a gente conseguiria distribuir para tropa. Então, essas equipes volantes chegavam nas guarnições, ministravam instrução e davam o exemplo do que era o combatente preparado. Esse exemplo era desde o uso do uniforme, da bandoleira e do armamento ao desenvolvimento da preparação do combatente individual, dando capacidade aos comandantes de todos os níveis, a partir do cabo comandante da esquadra, para exercerem sua liderança de forma a tirar o máximo de desempenho do combatente individual.

A rodada de instrução do DOPaz, organizada em equipes volantes de instrução, foi surpreendentemente proveitosa, refletindo tanto na técnica quanto nas atitudes, porque a tropa passou a ter mais autoconfiança e conscientização universal de qual era a missão e o que o Brasil esperava dela. Como liderança maior do batalhão, acompanhei esse processo. Todas essas atividades, nas diferentes

guarnições, eram iniciadas com o Comandante do Batalhão apresentando a equipe volante de instrução e conversando com os oficiais, praças e graduados das subunidades. A 1ª Companhia em Coxim, a 2ª Companhia, em Cuiabá, e a 3ª Companhia, de Uberlândia, em Goiânia; a proximidade geográfica da última permitiu isso.

Esse trabalho, durante o preparo, foi monitorado pelo Comando do Batalhão *in loco* ou por meio de relatórios de acompanhamento do DOPaz. Então, de uma maneira muito simples, nós começamos a criar o que eu posso chamar de um espírito único, que era minha maior preocupação: desenvolver o moral coletivo, a unidade de atitudes e a capacidade operacional de forma simples, mas efetiva.

A intenção era essa, mas para fazer isso, nós empregamos o DOPaz como ferramenta que, a partir de equipes volante, desenvolveu uma sequência de eventos, culminando no desenvolvimento da capacidade operacional plena, que me deu a confiança para empregar com segurança a tropa, desde o primeiro momento, lá no terreno.

O estado inicial era de total incerteza, de deslumbramento pela missão, mas com um profissionalismo muito aquém. Ao final desse processo de preparo, o estado de comprometimento, de motivação e de autoconfiança era claramente perceptível, e o DOPaz foi o fio condutor e a garantia de ter atingido as metas propostas de uma maneira muito simples e efetiva. Assim, cumprimos a primeira tarefa que eu esperava do DOPaz: equipes volantes de instrução, que tornam grupos de indivíduos com a vontade de lutar em um grupo de profissionais prontos para lutar.

Entrevistador: Então o senhor não separaria, de forma alguma, o DOPaz do DOSPaz? Colocaria os dois como Operações Especiais?

Coronel Barroso Magno:

Veja bem, no nosso caso, eu não separaria os dois. Pode ser que, mais à frente, eu fale da doutrina, mas para ser fiel à história, eu queria “engrossar o caldo” do DOPaz. Então, realmente, forcei essa situação para que o DOSPaz tivesse capacidade de operar junto com o DOPaz. Eu falo do DOSPaz como Operações Especiais porque, de fato, eles combateram juntos em ações diretas, e isso foi possível porque eram Comandos e Forças Especiais. O comandante do DOSPaz era um capitão Forças Especiais; tínhamos também dois sargentos Forças Especiais e mais dois cabos do quadro especial comandos. E combatiam juntos; nisso nós

tínhamos um em acréscimo de 5 operadores especiais nas operações, nas ações diretas. Os outros dois sargentos, que eram de operações psicológicas, apenas mantinham as operações psicológicas juntamente com os outros 5, mas não eram empregados juntos com o DOPaz. Então, como eu sou antigo, a minha visão de operações psicológicas são operações psicológicas conduzidas por Forças Especiais; por isso que eu falo dessa forma.

Quando eu cheguei lá, não existiam operações psicológicas e eu, por ser Forças Especiais, sabia que as operações psicológicas são fator de sucesso para as operações; por isso insisti nessa ideia. As operações psicológicas, como diz a doutrina, devem ser empregadas pelo mais alto nível. E eu não seria irresponsável a ponto de chegar ao Haiti fazendo operações psicológicas. Eu despachei esse assunto direto com o representante do secretariado geral da ONU no Haiti, o Embaixador Edmond Mulet; e ele concordou. Nesse contexto, nós treinamos o Estado-Maior da MINUSTAH no que diz respeito às operações psicológicas. O U1, oficial de pessoal, ficou responsável pelas operações psicológicas da MINUSTAH e o DOSPaz, que fez esse treinamento. Isso só foi possível porque o comandante do DOSPaz era Forças Especiais. Nós não ensinamos as técnicas de operações psicológicas para o Estado-Maior da MINUSTAH; o que o comandante do DOSPaz fez foi criar a empatia, cooptar colaboração e compreensão da atividade.

Entrevistador: Voltando para as equipes-volante: elas faziam treinamentos até que nível de pequenas frações?

Coronel Barroso Magno:

O objeto das equipes-volante eram as pequenas frações, mas tudo dentro de um programa muito breve, de uma semana. Essas equipes eram constituídas de dois oficiais, dois sargentos e dois cabos ou sargentos do quadro especial. Elas conduziam treinamentos no nível do combatente básico, como: manejo do armamento, tiro individual, tiro instintivo, treinamento de caçador, para os que demonstravam pendor para tal, e alguns treinamentos de pequenas frações, como progressão e entrada tática. Mas nunca tivemos a pretensão de que a equipe-volante chegasse ao ponto de fazer um treinamento no nível subunidade, até mesmo porque não tínhamos muito tempo disponível para tal. O fator tempo não admitia um trabalho bem feito e de qualidade nesse nível de fração. Entretanto, a presença do DOPaz, de certa forma, dava condições e, até mesmo, inspiração para que os quadros das subunidades do

batalhão chegassem ao nível que queríamos.

As instruções e treinamentos eram focados amiúde no fazer o simples bem feito. As instruções permitiam, também, que cada indivíduo percebesse a sua importância ao compor o todo. Era essencial para que o indivíduo soubesse de sua importância como sensor de inteligência, da importância do seu comportamento para a imagem do Brasil e das tropas de Força de Paz, respeitando os mais velhos, as crianças, as mulheres e a população haitiana em geral. Nesse contexto, cada indivíduo passava por um treinamento individual de utilização do armamento, controle do gatilho, controle da munição e atirar apenas no que vê.

Então, era mais desenvolver atitudes individuais do que criar uma capacidade coletiva plena. Isso tudo para gerar autoconfiança, de forma que o indivíduo ficasse coberto com iniciativas positivas, evitando uma letargia de atitudes na hora em que ele mais precisasse. Sabíamos que poderia até ocorrer erros em alguns momentos, mas não por inação. E, com certeza, esse erro seria minimizado por uma consciência operacional, por uma consciência social e de ação psicológica também.

Um aspecto importante é que o início do emprego, lá no Haiti, fosse também parte do preparo. A ideia era “esquentar” a tropa progressivamente para ganhar confiança. Assim, o DOPaz também tinha a missão de pegar uma fração e ir fazendo ela ganhar confiança progressivamente. O DOPaz, fazer uma operação, seja com um pelotão ou uma subunidade, era importante, porque aquele mesmo elemento das equipes-volante, que deu início ao treinamento e passou modelos no preparo, agora estava em uma situação real, trocando tiros com os bandidos, ombro a ombro com eles. E aí eles foram ganhando confiança, progressivamente, o que é perfeitamente normal para qualquer combatente.

O último ponto, com relação ao preparo, é que as tropas chegavam ao Haiti, acredito eu, baseadas em algum programa que não estava ajustado à conjuntura e à missão específica do Haiti. Dessa forma, acontecia que a tropa chegava sem o planejamento e, então, eu decidi que ainda no planejamento de emprego, eu expediria a ordem em até dois meses antes de chegar à zona de ação; isso caiu no mês de setembro. Então, em setembro de 2006, durante o reconhecimento no Haiti, eu emiti a Ordem de Operações. Eu entendo essa ordem antecipada como ação de preparo, porque é um elo muito forte você dizer ao comandante de uma subunidade que ele vai atuar na área de Bel Air, ou que ele vai atuar na área central, que ele vai ficar em reserva, ou que vai atuar à pé ou embarcado, que ele vai ter uma população hostil e

uma presença inimiga “X”. Assim, toda essa orientação em até D-60 serviu também para orientar o preparo, com maior ou menor disponibilidade do DOPaz; o treinamento era voltado para essas condicionantes.

Você poderia até dizer que isso é emprego, mas eu digo que é preparo, pois ficou claro para o comandante da 2ª Companhia que a sua subunidade atuaria de “peito aberto”, lógico, de colete e capacete, mas não contaria com veículo blindado, porque a área de atuação da 2ª era Bel Air e a sua missão principal era o patrulhamento para ter visibilidade e para falar com a população; e o DOPaz sabia disso. Então, o treinamento da 2ª Companhia, de Cuiabá, focou mais no relacionamento social e integração com outros agentes da MINUSTAH, como agentes civis, que na área de Bel Air poderiam atuar livremente.

Em nenhum momento eu tinha a pretensão de, no início do emprego, resolver os problemas da missão. Inicialmente eram missões que tinham caráter de reconhecimento do terreno, de entender o ambiente operacional, em termos de presença do inimigo e presença da população e como usar os meus meios, seja o caçador, seja o armamento específico. Nesse sentido, a tropa era empregada em áreas frias, de forma que continuasse o seu preparo para que fosse “esquentando” conforme era desafiada pela força adversa.

O estado final desejado, para o preparo, era que houvesse unidade de atitude. Respeitando as características culturais dos soldados do Triângulo Mineiro, de Uberlândia, de Cuiabá e de Coxim, a diretriz para o DOPaz era de preparar a tropa de forma que transformasse as diferenças iniciais entre as tropas em uniformidade. Assim, as tropas estariam niveladas, no que diz respeito, principalmente, às atitudes. Eu não poderia, de forma alguma, deixar de empregar qualquer subunidade que fosse, em alguma missão específica, por causa de disparidades de posturas entre elas. Em outras palavras, não caberia ao soldado mineiro ter uma “pegada” diferente do soldado da fronteira Oeste. E isso o DOPaz fez muito bem. Conseguimos padronizar a postura, tanto individual, quanto coletiva das tropas do BRABAT/6.

Entrevistador: Coronel, agora analisando o emprego propriamente dito, fale um pouco sobre o papel do DOPaz na Força JAURU (estado inicial, diretrizes, atividades desenvolvidas e estado final desejado)?

Coronel Barroso Magno:

Eu dei muito foco na tropa no que diz respeito ao emprego. Para eu

desenvolver isso, usei alguns artifícios; obviamente eu dava o exemplo, ordens e diretrizes, mas o maior artifício que eu tive foi a utilização do DOPaz. Nesse sentido, eu trouxe o Estado-Maior do DOPaz para planejar junto com o Batalhão. O Oficial de Operações do DOPaz ajudava na concepção das operações do Batalhão, o Subcomandante do DOPaz ajudava na comunicação do Batalhão; aí nós tínhamos o emprego das operações psicológicas no nível estratégico. O Oficial de Inteligência do DOPaz foi peça essencial na construção da célula de inteligência do Batalhão, transformando-a em uma célula mais objetiva e prática. Assim, os oficiais do Estado-Maior do DOPaz passaram a ser, de certa forma, os modelos para os oficiais do Estado-Maior do Batalhão. Isso aconteceu naturalmente; eu não dei uma ordem para isso, mas eu percebi e estimulei.

As primeiras missões que o DOPaz cumpriu foram missões de inteligência: montar rede de inteligência e ampliar a capacidade de inteligência humana em apoio ao Batalhão, contribuindo efetivamente na montagem da estrutura de obtenção de dados, busca e coleta. Isso foi feito pelo DOPaz, com a liderança do oficial de Inteligência do DOPaz.

Nas ações diretas, o DOPaz era a ação principal. Sempre! E ele nunca era empregado isoladamente nas operações do Batalhão; estava sempre enquadrado por uma das subunidades, não que ele estivesse reforçando a subunidade. Ele era empregado por mim, comandante do Batalhão. O DOPaz tinha uma missão específica: onde estava o alvo principal, ele recebia uma frente menor, que estava enquadrada pelo esquadrão ou companhia. Como não estava preocupado com toda a frente, havia a necessidade de coordenação, de modo que não houvesse fogo amigo ou falta de continuidade da operação.

Isso foi inicialmente. A partir de certo momento, quando o ambiente operacional estava propício a mudanças, de forma a nos favorecer, decidi aumentar o volume de ações indiretas. Entenda que o que eu vou discorrer agora não está na ordem cronológica, até mesmo porque cada atuação tem duração diferente. Isso tudo aconteceu ao longo da missão. Por exemplo, as reuniões com líderes locais eram organizadas pelo DOPaz em apoio ao comandante do Batalhão. Não eram coordenadas pelo G9. Outro exemplo: o DOPaz desenvolveu um programa de preparo para a Polícia Nacional do Haiti; e isso foi um sucesso, tanto é que tivemos que dar mais de um ciclo de treinamentos. Organização de Grupos de Autodefesa e identificação de lideranças locais, tudo isso foi feito. Criamos núcleos de

desenvolvimento de lideranças para jovens e adolescentes, que foram chamados de Pelotões *Petit la Paix*; tivemos sete pelotões no total.

O DOSPaz recebeu a missão de revitalização de Cité Soleil. O planejamento foi do DOSPaz, mas o DOPaz também ajudou a executar. O DOPaz recrutou mão de obra para a revitalização. Sobre isso, há um caso interessante, que foi a recuperação do cinema abandonado em Bel Air, o *Cine Babet*. Fazendo um paralelo com a nossa doutrina, isso que o DOPaz estava fazendo era a estruturação de uma rede de sustentação, selecionando lideranças, separando o pessoal por células conforme as possibilidades de cada recrutado, dando ordens, orientando; em suma, fazendo acontecer. Isso tudo para preencher uma lacuna de gestão naquele bairro.

Num determinado momento, quando o ritmo das operações começou a mudar e a força adversa não oferecia mais resistência, eu percebi que podia dar uma acelerada na pacificação. Naquela hora, eu decidi dar mais liberdade aos comandantes de subunidades, dar mais poder de decidir naquele momento em que ele obtivesse um determinado dado. Então, ele tinha uma capacidade mista de inteligência e operações. Quem atuava na área de Cité Soleil era o esquadrão e, então, criamos uma solução híbrida do DOPaz junto com o esquadrão, e nós demos o nome a essa estrutura de Força Tarefa Xambioá. A Força Tarefa Xambioá tinha o DOPaz como cérebro, pois ele tinha as capacidades de inteligência e das ações diretas, e o esquadrão, com seus meios, proporcionava maior capacidade combativa. Nessa ocasião, apesar do comandante do esquadrão ser mais antigo, a decisão era do DOPaz, e essa era a minha diretriz. O esquadrão apoiava essas missões com efetivo e com meios, principalmente, o blindado. Essa forma de atuação foi tão eficiente que durou pouco tempo, pois os resultados vieram muito rápido. Funcionava da seguinte forma: o DOPaz tinha uma informação nova, que resultava em uma operação. O esquadrão cedia os meios necessários, efetivo para cerco, proteção blindada aproximada e o DOPaz tinha a expertise da ação direta, cirúrgica e proporcional. Essa atuação foi muito eficiente.

Era frequente a célula de inteligência da MINUSTAH aparecer com um informante com dados de atividades da força adversa na área do Batalhão. Nessas ocasiões, sempre vinha o informante acompanhado de algum policial da MINUSTAH. Para essas atividades, a Força-Tarefa Xambioá era convocada. E os policiais, de outras nações, que acompanhavam os informantes, relatavam que se sentiam mais seguros quando o DOPaz fazia parte das ações.

Sobre assuntos civis, um dos exemplos que posso citar foi a atuação do DOPaz junto aos prefeitos de Porto Príncipe. Eram três: eles formavam um triunvirato, e a eles era negada a área de Cité Soleil. Assim, o DOPaz montou uma operação a fim de possibilitar que eles pudessem ir à Cité Soleil, presencialmente, tomar posse do cargo.

Entrevistador: Coronel, na fase de operações, o senhor conseguiu identificar a verdadeira influência do DOPaz sobre a tropa?

Coronel Barroso Magno:

Sim, claramente. Por exemplo, dia 24 de janeiro, na situação em que conquistamos a Casa Azul, nós sabíamos que aquele local era muito importante para a força adversa; então, estava previsto que haveria uma reação muito forte. E houve! Como eu disse anteriormente, as ações eram sempre em conjunto; o DOPaz ficava com o objetivo mais sensível dentro da área de uma subunidade. Nessa ocasião, junto com o DOPaz, estava a companhia de Coxim; então, a companhia fez uma ação diversionária, o cerco, e apenas o DOPaz entrou e dominou a Casa Azul. Como eu relatei, a reação foi muito forte; sendo assim, a tropa ficou sob intenso fogo do oponente. Eu percebi que, mesmo sob intenso fogo, a tropa estava muito disciplinada com relação ao controle da munição, respondendo com tiro apenas alvos identificados. Mesmo tendo tirado a liberdade de ação da força adversa, naquele momento, decidi manter o DOPaz na área e, nitidamente, a gente percebia que a tropa via o destacamento como modelo no combate, ocupando as mesmas posições na progressão, buscando empunhar o armamento como os elementos do DOPaz, ajustando o equipamento de maneira semelhante e adotando as mesmas posturas. Isso mostra que o DOPaz, não só durante o preparo, mas durante toda a missão, foi capaz de influenciar a atitude da tropa.

O DOPaz me proporcionou grande capacidade em todo o desenrolar da missão. O DOPaz foi importante porque me deu certa qualidade nas operações; isso, principalmente, pelo trabalho de inteligência que era desenvolvido pelo DOPaz.

O BRABAT não teria conduzido ações relacionadas a assuntos civis, com a qualidade que aconteceram, sem o apoio do DOPaz. Não havia nem cultura da tropa pra isso. Então, o DOPaz me deu grande flexibilidade de emprego.

Eu, por exemplo, poderia ter feito o treinamento da polícia haitiana com o adjunto do G3, mas não com a mesma credibilidade e com a conquista de “corações

e mentes” que a gente teve através do DOPaz. E, no final, a gente liderava todo mundo. Liderava a polícia... A polícia chinesa, por exemplo, só queria atuar com o BRABAT. Por quê? Porque eles ouviram dizer que o DOPaz fazia coisas que nenhuma outra tropa fazia. Então, isso não era uma ação de treinamento; era a criação de empatia e sinergia com outros vetores presentes.

As principais possibilidades que uma tropa de Operações Especiais proporciona, além do acelerado preparo da tropa, proporcionando seletividade, mínimos danos colaterais e uso judicioso do armamento aliado ao rápido amadurecimento desta no emprego, são a flexibilidade e a sinergia com outros vetores presentes na área de operações. Isso nos possibilitou o emprego do DOPaz de “A a Z” [todas as capacidades descritas no manual de Operações Especiais], segundo nossa doutrina.

Entrevistador: Coronel, em Operações de Manutenção da Paz é comum o emprego em Operações Combinadas. Nesse sentido, para alguma operação específica, o senhor recebeu meios de outras Nações para atuarem na Zona de Ação do BRABAT?

Coronel Barroso Magno:

Sim. No caso específico da MINUSTAH, tinha um fator facilitador, pois eu era o Cmt de Batalhão mais antigo e, por vezes, o *Force Commander* colocou tropas de outros países sob o controle operacional do BRABAT para o desenvolvimento de grandes operações.

Entrevistador: Coronel, e uma situação oposta: o BRABAT enviar uma tropa para atuar na Zona de Ação de uma Unidade de outra Nação. Isso ocorreu?

Coronel Barroso Magno:

Não.

Entrevistador: Coronel, considerando a MINUSTAH, o senhor acredita que uma FOPEsp diretamente subordinada ao *Force Commander*, podendo atuar em toda Área de Operações, potencializaria as ações de todo o contingente da ONU?

Coronel Barroso Magno:

No caso específico do Haiti, o BRABAT atuava na área mais sensível da MINUSTAH sendo, de certa forma, subemprego do DOPaz sua atuação nas áreas de

outras tropas. Mas, com certeza, o escalão mais alto em presença tem melhores condições para empregar tropas de operações especiais.

Entrevistador: Coronel, temos a plena consciência de que o Brasil, na MINUSTAH, é um caso de sucesso em Operações de Manutenção da Paz e, o DOPaz muito corroborou o BRABAT. O senhor acredita que o “modelo” DOPaz pode e/ou deve ser “aumentado” para ser empregado em proveito de uma grande Operação de Manutenção da Paz, como a do Congo ou República Centro Africana, por exemplo?

Coronel Barroso Magno:

Sim. Sendo um caso de sucesso, nada melhor do que ampliá-lo e aperfeiçoá-lo conforme o emprego nesses ambientes operacionais, sem deixar de lado as Operações de Manutenção da Paz como balizador. Isso é um aspecto muito importante para o emprego das capacidades doutrinárias de nossas Forças Especiais, pois é terreno fértil para o desenvolvimento dessas ações.

Entrevistador: Por fim, Coronel, o senhor acredita que, atualmente, é viável o cadastramento de uma Força-Tarefa de Operações Especiais brasileira no sistema da ONU? Teriam condicionantes para isso?

Coronel Barroso Magno:

Sim, com certeza seria um ganho muito grande, tanto para o Exército brasileiro como para a ONU.

Obviamente existem condicionantes. As condicionantes estão calcadas no emprego pleno das capacidades doutrinárias das Forças de Operações Especiais do nosso Exército, e isto tem íntima relação com quem vai empregar essa tropa. Assim, é de extrema importância que haja uma perfeita ligação dessa FT com o escalão que a empregará, não sendo viável abrir mão de uma equipe de ligação de Operações Especiais.